



Governo do Distrito Federal  
Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2026

Regido pelas Leis nºs 14.133/2021 e 13.709/18, pelas Leis Distritais nºs 4.770/2012 e 4.611/2011, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Distritais nº 44.330/2023 e nº 39.860/19, pelo Parecer Referencial nº 59/2024 - PGDF/PGCONS, bem como pela Instrução Normativa SGD/ME nº 73/2022, e, no que couber, pelas demais normas legais aplicáveis, assim como pelas disposições elencadas neste Edital e nos seus anexos.

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de veículos automotores caracterizados a serem utilizados no exercício das atividades do órgão, no transporte de servidores e cargas, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

INÍCIO  
DA  
SESSÃO  
DE  
DISPUTA  
DE  
PREÇOS:

Às 09 horas do dia 25/02/2026 (horário de Brasília/DF).

ENDEREÇO  
ELETRÔNICO:

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

PROCESSO:

00055-00109370/2025-51

ESTIMATIVA:

R\$ 9.855.175,26 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

MODO  
DE  
DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

CRITÉRIO  
DE  
JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

UASG:

926142

ENDEREÇO: SEPS 713/913, Asa Sul, Bloco D, CEP 70.390-135.

EMAIL: [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br)

**OBSERVAÇÃO:** O Edital estará disponível gratuitamente no site [www.detran.df.gov.br](http://www.detran.df.gov.br) (clicar em “Transparência Pública/Licitações/Pregão Eletrônico”) e no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao Detran-DF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio. Todas as referências de horários neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília-DF. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser encaminhados em até 3 dias úteis anteriores ao dia do certame, ou seja, até às 23h59m do 20/02/2026.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DETRAN pelo endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), selecionando no menu: Acesso à informação > Consulta Detalhada > (Pregões) Em Andamento > Cód. UASG (926142).

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2026

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – Detran/DF, entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, excluída da obrigatoriedade de adoção do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata a Lei nº 2.340/99, pelo Decreto 32.227/2010, por meio de seu Pregoeiro, servidor designado pela Portaria nº 273, publicada no DODF nº 198, de 17/10/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que, às 09 horas do dia 25/02/2026 (horário de Brasília/DF), realizará sessão pública de abertura de licitação, modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023, bem como das demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de referência.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículos automotores caracterizados a serem utilizados no exercício das atividades do órgão, no transporte de servidores e cargas, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens de acordo com a Tabela 1 do item 1.1 e conforme o item 20.1 do Termo de Referência (Anexo A do Edital), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QUANTIDADE
1	CAMINHONETE 4X4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS	610265	27
2	VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)	451604	3
3	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	466201	3

1.3. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema ComprasGov e as constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total para a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 9.855.175,26 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) e será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do Contratante.

### 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

#### 3.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
- 3.1.2. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
  - 3.1.3. Realizar o procedimento licitatório;
  - 3.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços;
  - 3.1.5. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
  - 3.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
  - 3.1.7. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
  - 3.1.8. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.
- 3.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinatura ata de registro de preços, no prazo de cinco dias úteis, e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado (art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei (§ 5º do art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º do art. 198 Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§ 4º, inc. I, do art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame (Inciso II, § 4º, art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023);
- 3.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente (Inciso III, § 4º, art. 198 do Decreto - DF 44.330/2023).
- 3.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme o art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
- 3.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original (art. 199 do Decreto-DF 44.330/2023);
- 3.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§ 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.
- 3.5. A assinatura da Ata dar-se-á por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou, na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela Administração.
- 3.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições (Art. 200 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo E deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.
- 3.10. Demais informações constam no item 03 do Termo de Referência (Anexo A do Edital).

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.4.1. Nos casos de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, cujo item possua valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), não se aplicam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, conforme disposto no Artigo 4º, §1º da Lei 14.133/2021.
- 4.5. Não será aplicada a cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nesta contratação, tendo em vista a inviabilidade de sua adoção, devidamente justificada no item 7 do termo de referência, em razão de fracassos anteriores, falha sistêmica de parametrização no sistema ComprasGov e ausência de interesse demonstrada pelas empresas enquadradas como ME/EPP, nos termos da legislação vigente.
- 4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

- 4.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º, da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).
- 4.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 4.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 4.7. Nas licitações de ampla concorrência, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 4.8. Para efeito do disposto no item 4.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 4.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 4.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 4.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 4.8.1 e 4.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 4.9. Na hipótese da não contratação, nos termos previstos no item 4.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 4.9.1. O disposto no item 4.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 4.10. Para o cumprimento do disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Distrital 4.611/2011, observar-se-ão os itens 1.1 e 20 do Termo de Referência (Anexo A do Edital).
- 4.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 4.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.11.2. autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- 4.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.11.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.11.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.11.10. A vedação do subitem 4.11.9 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 4.11.11. A vedação do subitem 4.11.9 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;
- 4.11.12. A vedação do subitem 4.11.9 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título;
- 4.11.13. empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 4.11.14. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016):
- 4.11.14.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 4.11.14.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016).
- 4.11.15. A vedação de que trata o item 4.11.14. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 4.11.16. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 32.751/2011).
- 4.11.17. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação (Pareceres nº 314/2016 e 82/2016 PRCN/PGDF).
- 4.12. O impedimento de que trata o item 4.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.11.2 e 4.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.15. O disposto nos itens 4.11.2 e 4.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o menor preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, **em campo próprio do sistema**, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.
- 5.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor unitário e total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 6.1.2. **Marca, modelo e fabricante** de cada item ofertado (quando for o caso);
- 6.1.3. **Descrição detalhada do objeto** indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 1º, inc. XV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. ***O lance deverá ser ofertado considerando-se o valor unitário do item.***

- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inequívoco.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances do pregão o **modo de disputa “aberto e fechado”**, para o envio de lances no pregão eletrônico, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo **de até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam **ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa, ora adotado, aberto e fechado.
- 7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:
- 7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.18.2.2. empresas brasileiras;
- 7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.18.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.18.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.18.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.18.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.18.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da documentação de habilitação que não constar no SICAF e, se for o caso, de planilhas de custos detalhadas.
- 7.18.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.18.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.19. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período ou, verificando o Pregoeiro a complexidade dos documentos exigidos e do prazo necessário para obtê-los, por período **não superior a 24 (vinte e quatro) horas**.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante, pessoa jurídica provisoriamente classificada em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) **SICAF**;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis));
- c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**; e
- e) **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU)**.
- 8.1.1. As consultas mencionadas nas alíneas b), c), d) e e) acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e **também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.4.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.5. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou compensação de valores entre os itens que resulte em aumento dos valores dos itens que estão dentro do melhor valor.
- 8.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.10.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.14. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 9.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.
- 9.1.4. Considerando o art. 156, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.5. **Efetuada a verificação a que se refere o item 9.1, a habilitação dos licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**
- 9.6. Proposta em conformidade com o **Anexo II do Termo de Referência**;
- 9.7. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**
- 9.7.1. Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- 9.7.2. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
- 9.7.3. Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
- 9.7.4. Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 9.8. **Declarações enviadas juntamente com a documentação de habilitação:**
- 9.8.1. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 39.860/2019 (Modelo 1 do Anexo C do Edital);**
- 9.8.2. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 13.709/2018 (Modelo 2 do Anexo C do Edital);**
- 9.8.3. **Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012 (Modelo 3 do Anexo C do Edital);**
- 9.8.4. **Declaração de sustentabilidade ambiental (Modelo 4 do Anexo C do Edital); e**
- 9.8.5. **Declarações conforme anexos III e V do Termo de Referência (Anexo A do Edital).**
- 9.8.6. Será verificado se o licitante assinalou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.9. Será verificado se o licitante assinalou, no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

- 9.11.1. **As empresas licitantes que não sejam do Distrito Federal** deverão apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br).
- 9.11.2. Em caso de constar alguma certidão vencida no SICAF, o Pregoeiro ou Comissão de Contratação poderá consultar os respectivos sites oficiais, a fim de obter a(s) certidão(ões) atualizada(s), desde que seja possível obtê-la(s) online, de modo imediato e não-oneroso, devendo o Agente de Contratação comunicar ao licitante, via chat, para que atualize tais informações no SICAF.
- 9.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítals quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.15. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.16. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, podendo ser exigidos juntamente com a convocação para envio da proposta atualizada a que se refere o item 8.6 deste Edital, aproveitando-se o mesmo prazo.
- 9.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante provisoriamente classificado em 1º lugar.
- 9.17.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.17.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 9.18. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.18.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 9.19.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.19.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.20. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.
- 9.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.23. **Qualificação Técnica**
- 9.23.1. A qualificação técnica será exigida de acordo com os itens 6.43 a 6.52 do Termo de Referência, Anexo A do Edital.
- 9.23.2. O pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará manifestação da área demandante referente à documentação técnica.
- 9.23.3. Será informada no *chat* data e horário de retorno para continuidade do certame.
- 9.24. **Habilitação Jurídica**
- 9.24.1. Cédula de identidade;
- 9.24.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.24.3. Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- 9.24.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 9.24.5. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 9.24.6. Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- 9.24.7. Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133/21, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.
- 9.25. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- 9.25.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://www1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- 9.25.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 2011;
- 9.25.3. a Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.25.4. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e
- 9.25.5. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.25.5.1. **Todas as empresas licitantes (ainda que não sejam cadastradas no Distrito Federal)** deverão apresentar a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do *site* [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br).
- 9.25.6. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 9.25.7. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 9.25.8. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 9.25.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.25.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.25.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.26. **Qualificação Econômica Financeira (Itens 6.35 a 6.42 do Termo de Referência)**

9.26.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

9.26.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**;

9.26.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição do balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial.

9.26.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.26.5. Os documentos referidos no subitem 9.28.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

9.26.6. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26.7. As licitantes que apresentarem que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.27. A licitante pessoa jurídica vencedora do certame, quando da assinatura do contrato, deverá **apresentar o PGR - programa de gerenciamento de riscos em vigor, assinado por profissional técnico devidamente habilitado, e implementar as medidas coletivas e individuais de proteção previstas no programa, conforme determinação do Ministério Público do Trabalho.**

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o que ocorrer primeiro.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados somente na forma digital, no sistema SEI.

## 11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.4. A convocação dar-se-á por meio do sistema eletrônico (*chat*) ou *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação e a homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente, quando não houver recurso ou, havendo, após sua decisão final.

12.2. **A(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s) do certame deverá(ão) promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, junto à Gerência de Documentação - GERDOC/DETRAN-DF ([gerdoc@detran.df.gov.br](mailto:gerdoc@detran.df.gov.br)), que será a responsável pelo recebimento da documentação necessária e a posterior habilitação junto àquele sistema.**

## 13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

13.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por motivos de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## 14. DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER E DE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

14.1. Fica proibida a utilização de qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, nos termos da Lei nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017.



14.2. É proibido o uso de mão de obra infantil, sob qualquer pretexto, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

14.3. A empresa contratada deverá observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata o Decreto Distrital nº 46.174/2024.

## 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. fraudar a licitação;

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

15.2. Com fulcro no [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às devidas penalidades em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

15.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

16.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos somente serão analisados se apresentados tempestivamente e **acompanhados de identificação do impugnante/solicitante** e, no caso de pessoa jurídica, **acompanhados de documentação que comprove a capacidade legal de representar a empresa**.

16.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até o terceiro dia útil anterior** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br), em **arquivo editável ou em texto no corpo do e-mail**, a fim de possibilitar a disponibilização do conteúdo no sistema Comprasnet.

16.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do Comprasnet ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

16.3.1.1. Em caso de impossibilidade de inserção no Comprasnet devido ao limite de caracteres ou outra limitação, a impugnação, pedido de esclarecimentos ou respostas serão disponibilizados em sua íntegra no *site* do Detran-DF ([www.detran.df.gov.br/licitacoes](http://www.detran.df.gov.br/licitacoes)), no *link* do respectivo pregão eletrônico, antes da abertura da sessão, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

16.3.2. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e de seus anexos.

16.3.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

16.3.4. Na hipótese de a impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste Edital.

16.3.5. As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

16.3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos entregues após às 18:00 horas serão recebidas às 8:00 horas do dia seguinte, exceto no caso do subitem seguinte.

16.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimento **enviados após às 23h59 do último dia útil de prazo serão considerados intempestivos**.

16.6. Sempre que necessário, com fins de auxiliar a compreensão do Edital, o pregoeiro publicará avisos no sítio [www.compras.gov.br/compras](http://www.compras.gov.br/compras).

16.7. Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.

17.2. Fica assegurado ao Detran/DF o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

17.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e/ou amostras (quando exigido) e o Detran/DF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade.

17.6. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Detran/DF, quando for o caso.

17.8. Para os documentos de habilitação que não apresentarem expressamente o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de sua emissão, exceto se houver legislação em contrário.

17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

17.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.

17.12. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

17.13. Caso considere necessário, o pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará parecer à área demandante referente à proposta de preço e/ou documentação.

17.14. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

17.15. Por motivo justificado, solicitado via *chat*, e acatado pelo pregoeiro e equipe de apoio, a proposta de preço e os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via e-mail: [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br), devendo, nesse caso, ser disponibilizada em sua íntegra no *site* oficial do Detran/DF.

17.16. O Edital e os seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.compras.gov.br/compras](http://www.compras.gov.br/compras), bem como no *site* oficial do Detran/DF ([www.detran.df.gov.br/licitacoes](http://www.detran.df.gov.br/licitacoes)).

17.17. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.18. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

17.18.1. ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA

17.18.1.1. ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

17.18.1.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

17.18.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.18.1.4. ANEXO IV - MODELO DE VISTORIA PARA RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS

17.18.1.5. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUE SERÁ OFERTADA GARANTIA TÉCNICA

17.18.2. ANEXO B - PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

17.18.3. ANEXO C - MODELOS DE DECLARAÇÕES

17.18.4. ANEXO D - MINUTA DO CONTRATO

17.18.5. ANEXO E - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Brasília/DF, 30 de janeiro de 2026.

**ANEXO A (do Edital)**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Termo de Referência nº 5/2026 - DETRAN/DG/DIRAG

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de Preços para aquisição de veículos automotores caracterizados a serem utilizados no exercício das atividades do órgão, no transporte de servidores e cargas, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1 - DA QUANTIDADE

ITENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QUANTIDADE
1	CAMINHONETE 4X4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS	610265	27
2	VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)	451604	3
3	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	466201	3

1.2. As especificações técnicas dos objetos estão descritas neste Termo de Referência e foram detalhadas de forma a garantir que os objetos adquiridos tenham qualidade e cumpram a finalidade para a qual serão adquiridos.

**1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

1.3.1. A pretensa aquisição dos veículos operacionais enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da lei 14.133/2021, posto que se constituem em produtos disponíveis no mercado. Salienta-se que as especificações técnicas dispostas neste Termo de Referência apresentam todas as informações necessárias à fabricação do objeto.

**1.4. CONTRATO**

1.5. A contratação com o(s) fornecedor(es) será formalizada por intermédio de instrumento contratual, observando o disposto no art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no art. 210 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

1.6. Na formalização contratual, a vigência do contrato será de 12 meses, não prorrogável e irrevogável, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.7. A contratação demonstra-se como a opção mais estratégica para a Administração Pública do Distrito Federal. Ao garantir a continuidade dos serviços de transporte terrestre por demanda rotineira e permanente, contribui significativamente para a preservação do patrimônio público e o funcionamento adequado dos órgãos.

1.8. Além disso, essa modalidade contratual proporciona uma série de vantagens, tais como:

1.8.1. Eficiência: A padronização dos serviços e a definição de rotinas otimizam a gestão dos recursos e garantem a qualidade da execução.

1.8.2. Economia: A economia de escala, decorrente da negociação de melhores condições comerciais e da redução dos custos operacionais, resulta em significativa redução dos gastos públicos.

1.8.3. Planejamento: A previsibilidade dos custos e a estabilidade da relação contratual facilitam o planejamento financeiro e orçamentário da administração.

1.8.4. Qualidade: A empresa contratada, com a garantia de um contrato de longo prazo, tem maior interesse em investir em melhorias contínuas e na qualidade dos serviços prestados.

1.9. Ao reduzir a frequência dos processos licitatórios, a contratação plurianual minimiza os custos administrativos e operacionais associados a cada nova contratação, otimizando a utilização dos recursos públicos.

1.10. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme caput do art. 117, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O presente Termo de Referência possui como fundamentação legal os normativos a seguir elencados e os que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses do DETRAN/DF e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

2.1.1. Lei n.º 14.133/2021;

2.1.2. Decreto Distrital n.º 44.330/2023;

2.1.3. Instrução 532/2024 Detran/DF.

2.2. A aquisição de viaturas no âmbito do Distrito Federal se norteia pelo Decreto n.º 47.091 de 10 abril de 2025.

*"Art. 2º As aquisições e locações de veículos oficiais ficarão sempre condicionadas às efetivas necessidades de serviço, à dotação orçamentária prévia correspondente e à observância da legislação vigente.*

*Art. 3º A renovação parcial ou total da frota poderá ser efetivada em razão da antieconomicidade, decorrente de:*

*I - locação onerosa;*

*II - uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa;*

*III - obsolescência proveniente de avanços tecnológicos;*

*IV - sinistro com perda total; ou*

*V - histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão em prazo breve, percentual antieconômico."*

**Da Proteção de Dados**

2.3. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente Termo de Referência.

2.4. O DETRAN/DF figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

2.5. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

2.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do DETRAN/DF, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

- 2.7. Eventualmente, as partes podem ajustar que o DETRAN/DF será responsável por obter o consentimento dos titulares.
- 2.8. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:
- 2.8.1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- 2.8.2. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- 2.8.3. Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.
- 2.9. O encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o encarregado pelo contrato indicado pelo DETRAN/DF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 2.10. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

## JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO

- 2.11. No Distrito Federal, temos uma frota atual de aproximadamente 2.055.979,00 (dois milhões, cinquenta e cinco mil novecentos e setenta e nove reais) de veículos automotores registrados, com quantidade similar de condutores habilitados, numa malha viária de cerca de 9.149 kms de extensão e mais que justa a necessidade de adequação da frota desse Departamento às necessidades de serviço.
- 2.12. Os veículos a serem adquiridos substituirão veículos antigos da frota oficial do Detran/DF, que no momento enquadram-se nos critérios de anti-economicidade adotados pela Administração pública.
- 2.13. A situação atual dos veículos existentes neste Departamento de Trânsito encontra-se em um inquietante quadro, se observados os aspectos relativos ao seu desgastado estado de conservação e vida útil com mais de 10 anos de utilização severa.
- 2.14. Considerando as causas que elucidam o estado de desgaste mencionado no item antecedente, cito as características peculiares inerentes aos veículos empregados na atividade operacional, por efeito da árdua rotina a que são submetidos, em razão das **amplas quilometragens percorridas diariamente**, a necessidade de trafegar por terrenos muitas vezes acidentados, e por ruas esburacadas, sem que se possa, sempre, fazê-lo com circunspeção, consequência óbvia da natureza de suas funções, trazendo assim o **aumento nas manutenções corretivas e preventivas**.
- 2.15. A “vida útil” pode até ser prorrogada indefinidamente, porém **os custos de operação e de manutenção se tornam estratégicos** e é eles que vão determinar o ponto em que se torna antieconômico mantê-lo em uso, devido à deterioração do bem que gera custos crescentes e aumento na ociosidade.
- 2.16. Pode-se considerar que de fato quando chega a esse patamar de antieconômico e em estado “RUIM”, ou seja, gerando fato de desconforto na sua operacionalidade, segurança e gerando gastos com manutenção acima de um padrão desejado os mesmos devem ser enviados para um **processo de descarga**.
- 2.17. Assim sendo, ao considerar a vida útil econômica, não é suficiente que a confiabilidade e disponibilidade para uso do veículo seja mantida, mas sim é necessário que não sejam gerados gastos com manutenção acima de um nível desejado, de maneira a reduzir os custos. São fatores importantes para a determinação da vida útil econômica de um veículo: gastos de manutenção, nível de depreciação e o custo financeiro, de acordo com o artigo 10 da Resolução nº 072, de 26 de agosto de 2009.
- 2.18. Vale ressaltar, que além do custo de manter um veículo, existe um custo não computado, devido ao tempo em oficina para reparos, o custo da indisponibilidade que aumenta com o tempo de uso, exigindo maior número de veículos reserva, devido a redução na confiabilidade da frota utilizada, sob pena de perda operacional nas atividades fins, além de danos à imagem da Instituição.

## DIVISÃO DOS ITENS

- 2.19. A Equipe de Planejamento consignou a demanda da Contratação 3 (itens) em conformidade com os princípios do parcelamento, da eficiência e da economicidade, conforme previsto no art. 40, §2º, incisos I e III da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).
- 2.20. A segmentação da contratação tem por finalidade otimizar a gestão dos recursos públicos, maximizar a competitividade, ampliar o número de fornecedores qualificados e garantir a adequada execução contratual. A decisão técnica está fundamentada em estudo preliminar que evidencia a divisibilidade natural do objeto, em função das diferentes especificações operacionais e técnicas dos veículos envolvidos.
- 2.21. Em atendimento ao princípio da eficiência no sentido de preservar a elevada necessidade de manter a qualidade e nível da execução e acompanhamento dos serviços, devendo ser adotado como critério de seleção o Menor Preço por item; e,
- 2.22. Ressalta-se que na terminologia adotada ao caso da adjudicação ocorrerá pelo menor preço por ITEM.

### Divisibilidade do Objeto e Viabilidade Técnica

- 2.23. A divisão por **itens** considera as características construtivas e as necessidades de transformação específicas de cada tipo de veículo, o que respeita o princípio da divisibilidade. Caminhonetes, por exemplo, compartilham projeto de chassis, sistema elétrico e motorização semelhantes, permitindo que fornecedores especializados concentrem seus recursos em requisitos técnicos uniformes, sem sobreposição de etapas.
- 2.24. No caso de motocicletas, vans, caminhões e empilhadeiras, embora haja diversidade entre os tipos, cada **item** poderá ser licitado separadamente conforme suas especificidades técnicas. Isso é possível porque cada categoria exige adaptações específicas, geralmente executadas por oficinas ou fabricantes devidamente certificados, o que reforça a separabilidade do objeto e evita retrabalhos.

### Economia de escala e redução de custos

- 2.25. Ao adotar o parcelamento por **itens**, a Administração permite que os fornecedores utilizem insumos, ferramentas e equipes técnicas otimizadas para cada tipo de veículo, promovendo ganhos de escala e especialização. Essa abordagem possibilita a aquisição de componentes padronizados em maior volume e o aperfeiçoamento dos processos de execução, reduzindo o custo unitário por veículo.
- 2.26. A padronização interna de cada **item** elimina etapas redundantes, reduz prazos de execução e minimiza os riscos de retrabalho ou de ajustes futuros, resultando em economia global para a Administração Pública.

### Ampla competitividade e prevenção de conluio

- 2.27. A licitação por **itens** amplia o leque de fornecedores habilitados, pois permite a participação tanto de grandes fabricantes quanto de oficinas especializadas, conforme a natureza técnica de cada item.
- 2.28. Diferentemente de outras formas de parcelamento, como o geográfico, que podem facilitar a formação de cartéis regionais, o parcelamento por **itens**, com exigências técnicas e garantias distintas, dificulta práticas anticompetitivas e contribui para a lisura do certame.

### Segurança jurídica e preservação de garantias

- 2.29. Ao exigir que cada **item** seja executado por fornecedor com a devida autorização técnica, seja ele fabricante ou oficina credenciada, a Administração assegura a manutenção das garantias de fábrica e de pós-venda. Essa medida está em conformidade com as recomendações do TCU, especialmente no Acórdão nº 1.946/2006, que ressalta a importância de preservar padrões de qualidade e mitigar riscos de execução contratual inadequada.
- 2.30. Com contratos individualizados por **item**, é possível estabelecer cláusulas específicas de garantia e assistência técnica de acordo com o tipo de transformação, promovendo maior segurança jurídica e reduzindo o risco de responsabilização futura da Administração.

### Conformidade com a jurisprudência do TCU

- 2.31. O fracionamento proposto está alinhado com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, conforme expressa a Súmula nº 247/2004: “É obrigatória a adjudicação por item e não por preço global, sempre que isso for técnica e economicamente viável, e não houver prejuízo para o conjunto ou perda de economia

de escala.”

2.32. Neste caso, o objeto revela divisibilidade natural em razão das diferentes especificações por tipo de veículo, e o parcelamento por **itens** propicia contratações mais vantajosas e economicamente eficientes, gerando maior retorno ao interesse público.

2.33. Diante dos motivos expostos, considerando os aspectos técnicos, econômicos e jurídicos envolvidos na contratação pretendida, sugere-se o parcelamento por itens.

### JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

2.34. Após a instauração do processo SEI: 00055-00007090/2025-17, foi realizada o levantamento junto as áreas para identificar as quantidades e tipos de veículos. Junto a esse levantamento, foi identificado que parte da frota que atende as Unidades de Engenharia, Educação e unidades administrativas possuem veículos fabricados entre 2002 e 2014, sendo considerando a idade média de 11 anos de uso, conforme demonstrado pelo Núcleo de Manutenção de Veículo e Transporte - NUMAV, por meio do Doc.Sei. 162106948.

2.35. Sendo assim, após a identificação da necessidade de renovação de parte da frota de veículos destinada a Educação, Engenharia e unidades administrativa, apontaram as seguintes necessidades:

VEÍCULOS CARACTERIZADOS		
UNIDADE		TIPO DE VEÍCULO
		CAMINHONETE
DIREN (162431050)	NUST	06
	NUMEQ	03
	NUSPA	02
	NUPRO	02
	GEREN	05
DIREUC (162519879)	DIREUC	05
DIRCREP (163084316)	GERFAD	
	NUFAD	
DIRAG (163271032)	GERAD	02
DIRCONV (164065169)	GERSA	
	GERHAB	02
	CGATE	
	GERVEI	
TOTAL		27

VEÍCULOS DE SERVIÇO			
UNIDADE		TIPO DE VEÍCULO	
		VEÍCULO TIPO VAN PARA 15 PASSAGEIROS	VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)
DIREUC (162519879)	DIREUC	2	
DIRAG (163398715)	GERAD	1	1
DIRCONV			02
TOTAL		3	03

2.36. Cabe destacar que no decorrer dos levantamentos foram questionados as áreas sobre as justificativas para solicitação dos veículos indicados, onde foram apresentadas justificativas por meio do **00055-00007090/2025-17**.

2.37. Cabe ressaltar que as competências de todas as áreas subordinadas a esta Diretoria possuem, direta ou indiretamente, relação com uma das principais atividades fins da Autarquia, qual seja, o atendimento ao cidadão do Distrito Federal nas áreas de veículos, habilitação, saúde, penalidades e formação de condutores. Logo, é de suma importância que a frota atualmente na carga dessas áreas seja composta por veículos novos, modernos e eficientes, para que as demandas possam sempre ser atendidas da melhor forma garantindo não somente a eficiência do serviço prestado, mas também a segurança e o conforto dos servidores públicos envolvidos. Em tempo, insta destacar que a Dirconv possui 33 unidades orgânicas com capilaridade em diversas Regiões Administrativas e alcance à população de todo o Distrito Federal.

### JUSTIFICATIVA DA ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

2.38. Para o uso convencional do automóvel pela sociedade, a indústria automobilística produz veículos com características similares de componentes mecânicos, aerodinâmicos, ergométricos e elétricos, todavia, quando estes veículos são utilizados como viaturas, tem-se que essas pequenas diferenças podem afetar na performance operacional da viatura e, conseqüentemente, no serviço prestado pelas equipes.

2.39. O veículo operacional é uma das ferramentas básicas para que o Departamento de Trânsito do Distrito Federal cumpra com sua missão Institucional. Dentro de um contexto operacional, a viatura é um fator essencial para o desempenho das funções institucionais atribuídas ao DETRAN, ao caráter de manutenção viária e de apoio as ações de segurança à população.

2.40. A viatura conta com adaptações que se fazem necessárias para melhorar o atendimento das demandas da sociedade: giroflex, sirene, proteções externas, são alguns exemplos de itens que devem estar presentes nestes veículos, para prover condições mínimas de operacionalidade. A aquisição de veículos operacionais visa o aumento do número de ações de trânsito a serem atendidas, o recobrimento de áreas maiores, com o mesmo número de efetivo de agentes, diminuição de tempo de resposta.

2.41. A aquisição de veículos operacionais, com status de renovação de frota, permite que se tenha o acréscimo de frota, já que os veículos antigos poderão ser leiloados e substituídos por novas viaturas. As viaturas consideradas anti-econômicas contam, ainda, com diferenças significativas quanto ao desempenho, consumo, potência e dimensões, culminando, por fim, na capacidade de acessar locais de difícil acesso.

2.42. Sendo assim, alguns veículos utilizados pela Fiscalização e Engenharia têm sua classificação quanto ao ambiente de uso definido pela SENASP (2020), e seu emprego pode ser em vias pavimentadas ou em ambiente rural ou terreno fora de estrada. Baseando-se nisso, o estudo realizado pela SENASP (2020) sugere que o veículo ideal para as atividades em ambientes que contêm obstáculos naturais de alta exigência, e normalmente situadas em zonas rurais, sejam caminhonetes “pick-up” que possuem configuração que proporciona deslocamentos seguros, com a possibilidade de transpor obstáculos causados por mau tempo, maior resistência aos terrenos, devido à suspensão reforçada, distância do solo, entre outros, proporcionando, ainda, um espaço adequado aos servidores, com os equipamentos necessários.

2.43. Durante a operação de trânsito, conforme preconiza o art 29, VII do CTB, a viatura operacional possui livre parada e estacionamento, inclusive sobre calçadas e gramados, o que é muito utilizado durante as ações educativas e de engenharia para não prejudicar a circulação viária.

2.44. As atividades das áreas fins do Detran/DF, em especial a atividade de policiamento e segurança viária, exigem a aquisição de veículos adaptados e capazes de



sobrepular os mais diferentes tipos de terrenos acidentados, bem como atuar nas mais diversas condições climáticas, somando, ainda, a atuação em longas jornadas de trabalho.

2.45. Assim, veículos que disponibilizem equipamentos que melhore a ergonomia, diminua o tempo de deslocamento, permita vencer obstáculos, possua equipamentos que aumentem o nível de segurança dos profissionais, irá permitir maior efetividade em ações de prevenção e segurança de trânsito. Potencializando, assim, a segurança, o ânimo dos servidores do órgão.

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2.45.1. Este processo de licitação está alinhado ao [Planejamento Estratégico](#) do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, conforme Perspectiva dos Processos Internos:

Id.	Objetivos	Id.	Indicador/Iniciativas
9.1	Objetivo Estratégico: Promover a segurança no trânsito das vias do Distrito Federal	9.1.1	Indicador Estratégico: Mortos por 10.000 veículos nas vias do Distrito Federal.
			Iniciativas Estratégicas: Intensificação das ações de fiscalização de trânsito
9.1	Objetivo Estratégico: Conscientizar o cidadão de seu papel para um trânsito seguro	9.1.2	Indicador Estratégico: Abrangência das campanhas educativas.
			Iniciativas Estratégicas: Intensificação das campanhas educativas de trânsito.
9.2	Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar as ações de educação, fiscalização e engenharia de trânsito	9.2.2	Indicador Estratégico: Registro de reclamações na ouvidoria
			Iniciativas Estratégicas: Execução do projeto Cidadania no Trânsito Intensificação das ações de fiscalização de trânsito

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

2.46. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.47. ID do item no PCA:

2.47.1. Caminhonetes: ID-13968;

2.47.2. Vans: ID-13891; e

2.48. O objeto da contratação também está alinhado ao Plano Estratégico Detran/DF 2025.

UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO

2.49. O Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Distrito Federal, estabeleceu diretrizes relevantes voltadas à modernização e à padronização das contratações públicas. Dentre essas diretrizes, o artigo 36, inciso II, dispõe sobre a competência da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), antiga SEPLAD, para criar catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços, facultando-se, inclusive, a adoção do catálogo do Poder Executivo Federal.

2.50. Tal medida busca promover maior uniformidade nas aquisições públicas, bem como conferir mais celeridade, economicidade e transparência aos procedimentos licitatórios. Não obstante a previsão normativa, verifica-se que, até o momento, não houve a efetiva disponibilização do referido catálogo eletrônico no âmbito distrital.

2.51. Dessa forma, enquanto não implementado de forma oficial e operacional, o catálogo eletrônico previsto no Decreto não se apresenta, neste momento, como ferramenta viável para utilização pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal. Assim, a ausência de tal instrumento inviabiliza, por ora, a sua aplicação prática nas contratações públicas sob a égide da Nova Lei de Licitações.

PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO

2.51.1. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização- do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023 e artigos 40 e 47 da Lei nº 14.133, de 2021, e ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade, ao departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF) mantém uma unidade de catalogação, a qual executa todas as catalogações de itens a serem contratados, em conformidade com a Portaria nº 135, de 26 de julho de 2016, a qual é utilizada para a classificação de despesas e catalogação de itens.

SISTEMA TR DIGITAL

2.51.2. O proveito do Sistema TR Digital, ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estipulado na Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, não foi realizado, uma vez que não está institucionalizado no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

MINUTA PADRONIZADA

2.52. Foi utilizada como minuta padronizada para confecção do presente termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevenha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e o item 2.5.3 do Parecer Referencial SEI-GDF nº 59/2024 - PGDF/PGCONS.

2.53. Ressalta-se que foram realizadas adaptações necessárias em atenção à realidade e às exigências do Distrito Federal, bem como ao objeto licitado, em consonância com o despacho da Procuradoria Geral do Distrito Federal constante no processo 00020-00026364/2018-82.

3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.

Justificativa da utilização do Sistema de Registro de Preços

3.2. Optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços conforme previsão legal presente no art. 190, inciso I, do Decreto 44.330/2023, por suas características, apresentam a possibilidade de entregas parceladas, impedindo a definição prévia do quantitativo exato a ser demandado pela Administração.

3.3. Sendo o SRP um procedimento auxiliar de licitação, mesmo tendo-se baseado no planejamento o quantitativo adequado ao atendimento de demanda anual, há a necessidade de disponibilidade orçamentária e financeira a ser alocada em mais de um exercício, podendo-se utilizar conforme a necessidade e a quantidade de recursos alocados.

3.4. A escolha pelo sistema de Registro de Preços busca harmonizar o valor obtido para o quantitativo estimado com a variação do ritmo da demanda ao longo do período de validade. Isso significa que a Administração pode contratar os bens ou serviços de acordo com as necessidades reais, adaptando-se ao fluxo de demanda que ocorre durante a vigência da Ata de SRP.

3.5. Além disso, a adoção do SRP visa maior celeridade nas contratações, redução da quantidade de licitações, redução dos custos com armazenamento e

controle de estoque e menores preços pelo efeito da economia de escala.

3.6. Tal proposição coaduna com a legislação aplicável, em especial em especial o art. 82 da Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 189 e os incisos I, III e IV do art. 190 do Decreto Distrital n.º 44.330/2023, os quais regulamentam o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços e estabelece:

Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

#### **Intenção de Registro Preços**

3.7. A IRP será limitada a 3 (três) órgãos participantes devido a limitada capacidade operacional, para a gestão das ARPs, nos termos do art. 192, I, do decreto 44.330/2023.

#### **Vigência da Ata de Registro de Preços**

3.8. A validade da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, contado a partir da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e o do parágrafo 1º, do art. 198 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

3.9. As condições de alteração de preços registrados serão estabelecidas pelo Edital.

3.10. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro, preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições, conforme o art. 200, do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

#### **Adesão à Ata de Registro de Preços**

3.11. Considerando que a contratação em questão será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), entende-se pela não autorização de adesões por órgãos ou entidades não participantes, com fundamento em critérios de planejamento, controle e eficiência administrativa.

3.12. Trata-se de contratação com características específicas, definidas a partir de estudo técnico preliminar minucioso, diretamente alinhado às necessidades do DETRAN. A ampliação da demanda por meio de adesões comprometeria o equilíbrio do planejamento logístico e operacional, afetando a programação de entregas e a capacidade de atendimento por parte dos fornecedores.

3.13. Além disso, permitir adesões representa risco de sobrecarga da ata, com possíveis consequências como atrasos no fornecimento, perda na qualidade dos serviços ou produtos contratados e prejuízos à regularidade do atendimento às demandas originalmente previstas.

3.14. A adoção do SRP, neste caso, tem como objetivo exclusivo atender às necessidades previamente identificadas, com quantitativos estimados e cronogramas de execução devidamente dimensionados. A inclusão de novos órgãos ou entidades poderia descaracterizar o objeto contratado, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório.

3.15. Diante disso, conclui-se que não há vantagem nem viabilidade técnica e operacional para autorizar adesões à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

#### **Obrigações do Órgão Gerenciador**

3.16. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente ata de registro de preços.

3.17. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões de condições, produtos ou preços registrados.

3.18. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços.

3.19. As formas de comunicação entre os envolvidos dar-se-ão por e-mail ou sistema informatizado, quando disponível.

3.20. Da exigência do artigo 193, do Decreto 44.330/2023:

3.20.1. A inclusão de novos itens no presente Termo de Referência não é viável devido à necessidade de observância aos limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 44.330/2023, que regulamentam as contratações públicas. Conforme esses normativos, o escopo do contrato deve ser mantido fiel ao objeto originalmente previsto, de forma a evitar alterações que possam desvirtuar sua essência.

3.20.2. Além disso, a inclusão de novos itens, quando não prevista no planejamento inicial, pode comprometer a transparência e a isonomia do processo licitatório, prejudicando a competitividade e controle orçamentário. Nesse contexto, qualquer acréscimo que altere significativamente o objeto ou as condições do contrato demandaria a realização de um novo procedimento licitatório, garantindo assim o cumprimento das normas legais e a lisura do processo.

3.21. Da exigência do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e 197 do Decreto nº 44.330/2023:

3.21.1. A quantidade mínima estimada a ser contratada no prazo de validade do registro de preços será de 40% para veículos do tipo caminhonete e 33% dos veículos vans, para a demanda escopo da presente contratação, não sendo cabível a previsão de preços diferentes.

3.21.2. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, não podendo ultrapassar os limites máximos da estimativa de custos deste Edital, conforme Incisos IV, Art. 82, da Lei nº 14.133/2021.

3.21.3. Fica vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme Incisos VIII, Art. 82, da Lei nº 14.133/2021.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. O presente termo de referência detalha as condições do registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em venda de veículos automotores caracterizados e descaracterizado, com vistas a suprir as necessidades da **Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, conforme consta no item 6 do Estudo Técnico Preliminar - ETP.**

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

5.1. A presente contratação observará, de forma obrigatória, os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, e do art. 60, inciso II, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. Tais dispositivos impõem à Administração Pública o dever de implementar práticas de logística sustentável e de exigir das empresas contratadas o atendimento a requisitos ambientais que assegurem a escolha de produtos, serviços e processos com menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Com base nessa diretriz, a Contratada deverá apresentar declaração formal atestando que adota tais critérios e que possui compromisso institucional com a responsabilidade socioambiental.

5.2. Em consonância com essa exigência legal, os veículos automotores ofertados deverão atender aos limites máximos de emissão de ruídos e poluentes estabelecidos pelas Resoluções do CONAMA nº 1/1993, nº 8/1993, nº 17/1995, nº 242/1998, nº 272/2000, além das legislações supervenientes. Ainda, os veículos deverão estar em conformidade com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, instituído pela Resolução CONAMA nº 18/1986 e suas atualizações, sendo obrigatória também a observância dos regulamentos de trânsito nacional no que se refere à iluminação, sinalização e segurança veicular, conforme o Código de Trânsito Brasileiro e demais normas do CONTRAN.

5.3. Além disso, a Contratada deverá adotar práticas operacionais ambientalmente adequadas, alinhadas à Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, tais como: Destinação final correta de baterias, óleos lubrificantes, filtros e demais resíduos gerados durante o processo de manutenção, conforme Resolução CONAMA nº 257/1999; Implementação de procedimentos internos para o descarte de materiais potencialmente poluidores, como pilhas e baterias com metais pesados; Separação e destinação seletiva de resíduos sólidos (papel, plástico, vidro, metal e orgânicos), conforme normas técnicas da ABNT; Descarte apropriado de lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis; Encaminhamento de pneus inservíveis aos fabricantes para descarte ambientalmente correto, nos termos da Resolução CONAMA nº 258/1999; Substituição de substâncias tóxicas por outras menos agressivas ao meio ambiente; Uso racional de água, priorizando fontes alternativas como reuso e captação de chuva para lavagem de veículos; Fornecimento e exigência do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados; Treinamento contínuo dos trabalhadores sobre práticas sustentáveis e prevenção de desperdícios. A comprovação do atendimento aos critérios acima será feita por meio de declaração formal da empresa e poderá ser objeto de diligência por parte da Administração Pública para verificação da efetiva conformidade.

#### **Exigência de carta de solidariedade**

5.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Participação de Consórcio, de Cooperativa e da Subcontratação**

5.5. A participação de consórcios não será admitida neste certame, pois o objeto da contratação não apresenta características que justifiquem a necessidade de atuação conjunta de várias empresas para sua execução. O serviço em questão pode ser plenamente atendido por uma única empresa, que, de acordo com sua capacidade técnica, operacional e financeira, será capaz de cumprir integralmente as exigências do contrato. A aceitação de consórcios, em um contexto como este, poderia criar uma complicação desnecessária na gestão e execução do contrato, uma vez que envolveria a coordenação de várias entidades, o que poderia resultar em processos mais burocráticos e difíceis de monitorar, comprometendo a eficiência e a agilidade exigidas pela administração pública.

5.6. Ademais, a ampla comercialização do serviço no mercado favorece a concorrência individual entre os licitantes, o que, por sua vez, assegura maior competitividade e economicidade ao processo licitatório. Ao restringir a participação a empresas individuais, a licitação se torna mais eficiente, permitindo que o Governo do Distrito Federal tenha acesso a propostas mais vantajosas e diversificadas, refletindo a capacidade e especialização de cada licitante. Dessa forma, ao eliminar a possibilidade de consórcios, a Administração garante não apenas a viabilidade técnica e financeira da execução do serviço, mas também a obtenção de melhores condições contratuais, com uma maior transparência e controle na execução do contrato.

5.7. Observe-se o entendimento consolidado pela Corte de Contas, a respeito da participação de cooperativas, por meio da Súmula 281, que estabelece diretrizes claras sobre a matéria em questão. A referida súmula reflete a interpretação e a aplicação das normativas legais pertinentes, servindo como um parâmetro orientador para a gestão pública e assegurando que os processos licitatórios e contratuais sejam conduzidos em estrita conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e legalidade, in verbis:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."

5.8. Dessa forma, a participação de cooperativas não será permitida, pois os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para licitantes organizados nessa modalidade não se mostram compatíveis com a natureza do serviço a ser contratado neste certame.

5.9. Além disso, verifica-se que a execução do objeto em questão não é comumente realizada por cooperativas, conforme evidenciado na pesquisa de mercado, que não identificou nenhuma cooperativa especializada em venda de veículos. Soma-se a isso o alto valor envolvido na aquisição dos veículos, uma prática que usualmente não se enquadra no modelo de funcionamento dessas organizações, reforçando a justificativa para o impedimento de sua participação no certame.

5.10. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, tendo em vista o disposto no art. 27, § 11, inciso II da Lei Distrital nº 4.611/2011, combinado com o art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

#### **Alteração Subjetiva**

5.11. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **Da Garantia de Execução**

5.12. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

5.13. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

5.14. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

5.15. Seguro garantia;

5.16. Fiança bancária.

5.17. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no banco indicado, com correção monetária, em favor do contratante.

5.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

5.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Contratante.

5.20. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.21. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. FORMA E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

6.1.

### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

6.2. O Pregão Eletrônico demonstra ser a modalidade mais adequada, pois propiciará a obtenção do menor preço e a identificação objetiva da solução que atenda às condições mínimas necessárias para o alcance dos resultados esperados, cujos padrões de desempenho e de qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência.

6.3. Esta é, também, a modalidade que trará uma melhor competitividade ao certame, implicando em investimentos mais baixos na contratação, sendo enquadrado como serviços comuns. "Consideram-se bens e serviços comuns, para fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

6.4. A complexidade do bem pretendido, ou o fato de ele ser crítico para a consecução das atividades dos entes da Administração, não descaracteriza a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. "Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão".

### **Modo de Disputa**

6.5. Com fundamento nos termos do Art. 123, II, do Decreto 44.330/2023, será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

6.6. A opção pelo regime "aberto e fechado" tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na contratação do objeto.

6.7. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para Administração.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

6.9. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam.

#### **Apresentação das Propostas**

- 6.10. A proposta deverá apresentar no seu corpo ou em documento próprio as seguintes declarações e informações:
- 6.11. Prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
- 6.12. Descrição do item proposto, com todas as suas características, especificações, acessórios, bem como com a indicação da marca, do modelo, e da versão, as quais deverão atender as características mínimas exigidas pela Administração contidas neste Termo de Referência.
- 6.13. Declaração expressa de que os preços ofertados englobam as despesas com material, mão de obra, transformações, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, tributos incidentes, isenções e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, com ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
- 6.14. Declaração de que o objeto será entregue no prazo e em conformidade com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, e na legislação específica.
- 6.15. Razão social do proponente, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver.
- 6.16. Preços atualizados em conformidade com o último lance ofertado, em moeda corrente nacional, expressos em algarismo e por extenso.
- 6.17. Declaração de que será ofertada garantia técnica, a contar da emissão do termo de recebimento definitivo, de todas as garantias previstas no item 13 e subitens.
- 6.18. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.
- 6.19. O valor do item proposto será dado pela soma dos subitens que o compõe, sendo que o licitante deverá apresentar o somatório da sua composição para a apresentação formal da proposta.
- 6.20. Os lances serão ofertados levando em consideração o valor unitário de cada item (após a soma dos seus subitens), conforme aquele a que está concorrendo.
- 6.21. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Termo de Referência, do Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

#### **Exigências de Habilitação**

- 6.22. Para fins de habilitação, deverá o proponente comprovar os seguintes requisitos:

#### **Comprovação Jurídica**

- 6.23. Registro comercial, arquivado na junta comercial respectiva, no caso de empresa individual;
- 6.24. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.25. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 6.26. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.27. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, de acordo com o art. 66, da Lei Federal n.º 14.13, de 2021.

#### **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

- 6.28. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 6.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.30. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da proponente;
- 6.31. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2014;
- 6.32. Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br), de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
- 6.33. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.34. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 6.35. Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja no prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 6.36. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 6.37. As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- 6.38. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar o balanço do último exercício;
- 6.39. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = \_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE

LC = \_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = \_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

- 6.40. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;
- 6.41. As proponentes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item/grupo de itens cotado constante deste termo de referência.
- 6.42. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

#### Qualificação Técnica

- 6.43. Atestado de Capacidade Técnica, para fins de comprovação da capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa prestou ou presta os serviços em quantidades, de no mínimo 30% (trinta por cento) do objeto deste Termo ou similar, sendo admitido a soma do quantitativo de atestados apresentados, compatível em características com o objeto deste Termo de Referência.
- 6.44. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.
- 6.45. Será aceito o somatório de atestados que comprovem, em período não concomitante, que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de aquisição compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três anos);
- 6.46. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação da experiência, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.
- 6.47. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 6.48. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 6.49. A Contratante se reserva o direito de consultar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre os serviços prestados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, de acordo com o item 10.10 do Anexo VII-A da Instrução Normativa n.º 05/2017 - SEGES-MPDG.
- 6.50. Por conseguinte, a exigência de atestado de capacidade técnica correspondente a 30% do valor estimado para a contratação encontra respaldo no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de comprovação da aptidão técnica dos licitantes como requisito essencial para a formalização de contratações públicas. Tal exigência busca assegurar que o licitante possua a experiência e a competência técnica necessárias para a execução de contratos de grande porte, caracterizados por sua complexidade e abrangência.
- 6.51. O objeto contratual em questão, voltado ao atendimento de diversos órgãos e unidades públicas, demanda não apenas capacidade operacional, mas também comprovação robusta da habilidade do licitante em coordenar e executar atividades de alta responsabilidade e ampla escala. Nesse contexto, o atestado de capacidade técnica atua como um filtro essencial para identificar empresas com a qualificação necessária para garantir eficiência, continuidade e qualidade na execução contratual, além de mitigar riscos à administração pública.
- 6.52. A estipulação do percentual de 30% do valor estimado busca assegurar que o licitante tenha experiência comprovada na execução de contratos similares, garantindo padrões elevados de qualidade, pontualidade e segurança, compatíveis com as exigências do projeto. Essa medida é fundamental para selecionar empresas com trajetória sólida e capacidade de enfrentar eventuais desafios sem comprometer o bom andamento dos serviços. Em síntese, trata-se de uma decisão estratégica e prudente, que reflete o compromisso com a eficiência da gestão pública e o atendimento eficaz das necessidades da sociedade.

#### 7. TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA ME E EPP

- 7.1. Conforme o Despacho SEI nº 183116866, o Pregão Eletrônico SRP nº 90003/2025 resultou no fracasso de diversos itens, tanto na cota reservada quanto na ampla concorrência. Especificamente, os itens 2, 6 e 8, concernentes à cota reservada, foram declarados fracassados. A análise do Ofício SEI nº 138829/2025/MGI esclarece que a impossibilidade de atendimento à solicitação de remanejamento de quantitativos da cota reservada para a cota principal decorreu da ausência de registro do "Tipo de Benefício III" no sistema, o que inviabilizou a participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativas, nos termos da legislação vigente.
- 7.2. Este cenário evidencia um problema de natureza sistêmica e de parametrização no sistema Compras Gov, que impediu a correta aplicação do benefício de participação exclusiva para ME/EPP/Cooperativas na cota reservada, bem como a posterior aglutinação das cotas após o fracasso.
- 7.3. A decisão de não repetir a cota reservada fundamenta-se nos princípios da eficiência e da economicidade, basilares para a atuação da administração pública, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A repetição de procedimentos licitatórios que se mostram infrutíferos, especialmente devido a falhas operacionais ou sistêmicas, gera custos adicionais e atrasos na aquisição de bens e serviços essenciais, contrariando tais princípios.
- 7.4. A legislação vigente corrobora essa visão ao considerar que a repetição da licitação, somente dos itens fracassados, visa otimizar o processo administrativo, evitando a instrução de um novo procedimento licitatório completo. No entanto, a repetição da cota reservada, sem a correção do problema sistêmico e considerando a ausência de interesse das ME/EPP no certame anterior, resultaria em um novo fracasso, configurando uma inviabilidade de competição efetiva para os itens reservados.
- 7.5. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) orienta que, em situações de fracasso de licitação, a repetição do certame deve ser justificada ou, alternativamente, a inviabilidade de sua repetição deve ser demonstrada. No presente caso, a inviabilidade de repetição da cota reservada é clara, dado que o problema de parametrização no sistema ComprasGov persiste e a experiência anterior demonstrou a falta de interesse das empresas para os itens reservados. A insistência na repetição sob as mesmas condições seria ineficaz e antieconômica.
- 7.6. Diante do exposto, considerando o fracasso dos itens 2, 6 e 8 da cota reservada da licitação anterior, a falha sistêmica no Compras Gov que impediu a correta aplicação do benefício para ME/EPP/Cooperativas e a aglutinação das cotas, bem como a experiência anterior de ausência de interesse por parte das empresas, a não aplicação da cota reservada no presente certamente é justificada. Tal medida alinha-se aos princípios da eficiência e economicidade da Lei nº 14.133/2021 e à orientação jurisprudencial do TCU, evitando a reiteração de um procedimento que se mostrou ineficaz e oneroso para a Administração Pública.

#### 8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 9. CÓDIGOS CATMAT:

ITEM	CÓDIGO CATMAT
CAMINHONETE (TRAÇÃO 4X4) CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS	610265
VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)	451604
VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	466201



## 10. ACOMPANHAMENTO DAS ADAPTAÇÕES

- 10.1. Deverá ocorrer a apresentação de layout do veículo com os respectivos grafismos, em atendimento às especificações técnicas do objeto. Este layout deverá ser avaliado antes da produção em série dos demais veículos adquiridos. A apresentação do layout visa a verificação do atendimento dos requisitos do Termo de Referência e seus anexos, bem como o saneamento de dúvidas relacionadas à produção do veículo, permitindo que a Comissão Técnica possa decidir sobre detalhes da transformação que eventualmente ficarem conflitantes ou omissos nas especificações técnicas.
- 10.2. A Comissão Técnica poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas para aferição de qualidade do material. Estas provas serão emitidas às expensas da CONTRATADA e poderão ser de laboratórios por ela indicados.
- 10.3. A Comissão Técnica, sempre que necessário, efetuará diligências para acompanhar todo processo de transformação dos veículos, desde a fase de projeto até a vistoria final no pátio da empresa adaptadora, subsidiando o processo de recebimento.
- 10.4. Caso o layout seja reprovado ou haja apontamentos, a Contratada disporá de 5 dias para a resolução das inconformidades, e na data acordada haverá nova avaliação do layout, caso necessário. Sendo este novamente reprovado ocorrerá a rescisão unilateral do contrato, sem qualquer prejuízo para a Contratante, hipótese em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, descaracterizar totalmente os veículos antes que seja dado qualquer outro destino que não à CONTRATANTE.
- 10.5. O prazo pode ser prorrogado à critério da administração.
- 10.6. Sempre que possível, a reavaliação do layout deverá ser feita através de meios eletrônicos, como apresentação de vídeos e fotos, ou submissão de laudos comprobatórios, de modo a evitar deslocamento excessivos e onerosos ao erário.
- 10.7. O acompanhamento e fiscalização da comissão técnica não desqualifica a contratada como única e exclusiva responsável pela execução total do objeto do contrato de acordo com o termo de referência e seus anexos.
- 10.8. A personalização dos veículos mediante aplicação de adesivos deverá observar rigorosamente as seguintes diretrizes:
- 10.8.1. **Material e Impressão:** Os adesivos devem ser confeccionados em película retrorrefletiva em microesfera de vidro de alta qualidade (ou superior). Para garantir maior durabilidade, deverá ser aplicada uma camada protetora, como verniz, laminação ou outro procedimento de proteção similar.
- 10.8.2. **Adesivo do Brasão do Departamento de Trânsito do DETRAN/DF:** Será confeccionado em fundo cinza por meio de impressão digital, diretamente sobre película retrorrefletiva em microesfera de vidro de alta qualidade (ou superior), medindo 190mm (L) x 260mm (A). Aplicar centralizado nas duas portas dianteiras, vertical e horizontalmente
- 10.8.2.1. **Acrônimo DETRAN-DF:** Confeccionado em película retrorrefletiva em microesfera de vidro de alta qualidade (ou superior), na cor preta, em fonte "MONTSERRAT", black, alinhado a 50mm de distância abaixo do Brasão do DETRAN DF, centralizado, horizontalmente.
- 10.8.2.2. **Prefixo Veicular:** Será confeccionado em película retrorrefletiva em microesfera de vidro de alta qualidade (ou superior), na cor preta, em fonte "IMPACT", aplicado A 100mm da lanterna traseira e a 50mm abaixo da faixa quadriculada (xadrez), medindo 220mm (L) x 100mm (A).
- 10.8.3. A contratada será responsável por entregar os veículos com os adesivos previamente fixados no ato da primeira entrega e, posteriormente, sempre que solicitado pela equipe de execução do contrato.
- 10.8.4. O modelo ilustrativo do layout está disponível no deste Termo de Referência.

## 11. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

### 11.1. RECEBIMENTO

- 11.2. Os veículos serão entregues de acordo com as quantidades e especificações constantes no Contrato, no Edital e na Proposta da Empresa podendo ter seus prazos prorrogados, mediante solicitação por escrito e justificada da contratada, cujo juízo de aceitação ficará a cargo da CONTRATANTE.
- 11.3. Caso haja demanda para aquisição de mais viaturas, esta obedecerá ao mesmo prazo e condições de entrega, podendo, com a concordância de ambas as partes, ser definido outro prazo de entrega, desde que inferior ao previsto neste Termo de Referência. Esses deverão estar consignados nos contratos para o fornecimento da respectiva demanda, não havendo alteração nas condições editalícias.
- 11.4. Os veículos deverão ser entregues na forma estipulada neste Termo de Referência, no Núcleo de Manutenção de Veículo e Transporte - SGAN 907, Lote T, Depósito do DETRAN/DF – Asa Norte - DF CEP 70.620-000.
- 11.5. Os prazos serão contados da assinatura do contrato.
- 11.6. Seu recebimento far-se-á por Comissão de Recebimento e Fiscalização do Contrato Administrativo, designada pela autoridade competente, conforme Art. 140, item II da Lei 14.133/2021.
- 11.7. Prazos: a entrega do objeto contratado seguirá o cronograma abaixo:

TABELA 2 - PRAZOS

Ação	Prazo
Apresentação de layout pela contratada	até 05 dias a partir da assinatura do contrato
Análise do layout pela contratante	até 05 dias a partir para apresentação
Apresentação do layout pela contratante	até 05 dias para aprovação do layout
Aprovação do layout pelo contratante	até 05 dias a partir da aprovação do layout com as devidas correções
<b>Prazo de entrega</b>	<b>até 120 dias a partir da aprovação do layout</b>

- 11.8. Com o intuito de assegurar que os veículos estejam em plena conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência, o recebimento dos veículos ocorrerá da seguinte forma:
- 11.8.1. **Recebimento provisório:** No ato da entrega, para verificação inicial da conformidade dos veículos com as especificações deste Termo, ficando sujeito à confirmação posterior.
- 11.8.2. **Recebimento definitivo:** Dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, após a realização de todos os testes e verificações necessárias, a fim de garantir a compatibilidade dos veículos com as especificações estabelecidas. O recebimento definitivo será formalizado por meio da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devidamente assinado pelas partes envolvidas.
- 11.9. Os veículos entregues deverão ser novos, zero quilômetro, devidamente emplacados no Distrito Federal (DF), com toda a documentação regularizada em nome da Contratada ou de seu agente financeiro. Os veículos deverão ser entregues com o tanque cheio, no caso de veículos bicomcombustíveis (etanol e gasolina), abastecidos com gasolina, e em perfeito estado de conservação, tanto interna quanto externamente. O estofamento deve estar intacto, sem rasgos ou danos nas costuras, os equipamentos de bordo devem estar funcionando corretamente, e a parte externa dos veículos não pode apresentar amassados, riscos, trincas ou quaisquer outros danos. Além disso, os pneus devem ser novos, devidamente calibrados e livres de furos ou rasgos.
- 11.10. Caso os veículos não sejam emplacados no DF, a Contratada deverá regularizar a situação conforme especificado neste Termo de Referência.
- 11.11. Em caso de entrega de veículos em desacordo com as especificações descritas, a Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para realizar os ajustes necessários, sob pena de sofrer sanções conforme a legislação vigente.
- 11.12. Se, após o recebimento provisório, forem identificados vícios aparentes ou redibitórios, ou se os veículos estiverem em desacordo com as especificações ou a

proposta apresentada, o prazo para o recebimento definitivo será suspenso até que o problema seja devidamente solucionado.

11.13. Vale ressaltar que o recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada da responsabilidade civil sobre a solidez e segurança dos veículos, nem da responsabilidade ético-profissional pela execução perfeita do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela legislação aplicável e por este instrumento contratual.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Entregar os veículos no prazo determinado e na quantidade e marca cotadas, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo Contratante.

12.2. Os veículos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, entre 8 e 18 horas.

12.3. Os veículos deverão ser entregues devidamente registrados no DETRAN-DF, emplacados como veículo oficial no Distrito Federal, e com Documento Único de Transferência - DUT, Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos - CRLV, taxas de emplacamento, Seguro Obrigatório - DPVAT e Licenciamento de veículo quitados a suas expensas.

12.4. Fornecer manual do veículo no idioma português.

12.5. Corrigir os eventuais defeitos apresentados pelos veículos, compreendendo substituições, ajustes e correções necessárias, e em até 10 dias úteis, para os demais defeitos.

12.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7. Atender solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de 48 h, mediante atendimento telefônico, fax, e-mail ou no sítio, para resolução de problemas de utilização dos veículos, bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre a sua utilização.

12.8. Oferecer garantia técnica de fabricação mínima de 36 meses, dos produtos, a contar da emissão do recebimento definitivo pela CONTRATANTE. A garantia do objeto independe da vigência do contrato.

12.9. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços ainda que no recinto da CONTRATANTE.

12.10. Nomear e manter preposto durante toda a execução do contrato, com poderes para intermediar assuntos relativos ao fiel cumprimento das cláusulas contratual, sendo sua obrigação indicar telefones de contato, e-mails, endereço para correspondência e informar seu substituto em suas ausências.

12.11. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

12.12. A empresa deverá franquear irrestritamente a vistoria dos veículos aos servidores da Comissão Técnica, em qualquer fase da sua produção, podendo ser manuseados, conduzidos, e testados a fim de que se verifique a sua total conformidade, sem custos adicionais à Contratante.

12.13. Entregar os veículos dentro do prazo estipulado em contrato, em perfeita sintonia com todas as exigências e especificações do Edital e deste Termo de Referência, sob pena de punição nos termos contratuais e editalícios.

12.14. Entregar os veículos devidamente emplacados e licenciados no DF com a quitação dos tributos e encargos devidos, tais como taxa de licenciamento, seguro obrigatório - DPVAT e eventuais débitos de penalidades.

12.15. Entregar os veículos na cor e forma definidas na respectiva especificação técnica, inclusive fazendo-os constar no Certificado de Registro Licenciamento de Veículo, cadastrado no DETRAN, quando for modificada a cor original do veículo para atender a normativa da CONTRATANTE.

12.16. Entregar os veículos devidamente abastecidos de combustível com a capacidade máxima do tanque, uma vez que devido ao período de tempo para o cadastro e confecção do cartão de abastecimento, os veículos novos necessitam realizar deslocamentos até as unidades da CONTRATANTE, bem como, prevenir a ocorrência de qualquer tipo de pane por falta de combustível ao retirar os veículos, prevenindo possíveis prejuízos nas bombas de combustível dos veículos.

12.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12.18. Corrigir os defeitos apresentados pelos veículos, compreendendo substituições, ajustes e correções necessárias, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.

12.19. Após o Recebimento Provisório, a contratada deverá providenciar o transporte e emplacamento no DF, juntamente a planilha eletrônica com as seguintes informações de cada veículo: Placa, chassi, marca e modelo. Esta etapa deve ser cumprida em trinta dias úteis.

12.20. Substituir, as suas expensas, os veículos que estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou aqueles que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

12.21. A Contratada deverá retirar o veículo recusado no momento da entrega.

12.22. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à entrega dos veículos, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.

12.23. Fornecer na ocasião da entrega dos veículos o termo de garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo.

12.24. Substituir ou recuperar o veículo que, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no máximo de 10 (dez) dias úteis após a sua efetiva comunicação.

12.25. É imprescindível que a fabricante dos veículos disponha de concessionária(s) autorizada(s) no Distrito Federal, para assegurar a execução das revisões e as manutenções necessárias no período de garantia.

12.26. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação.

12.27. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.28. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o DETRAN/DF.

12.29. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao DETRAN/DF ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.30. Contratada não será responsável:

12.30.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

12.30.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.

12.30.3. O DETRAN/DF não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## **13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo contratado.

13.2. Designar formalmente os fiscais do Contrato, por intermédio de Comissão de Recebimento e Fiscalização do Contrato Administrativo, formada por servidores da área técnica e administrativa, conforme especificado neste Termo de Referência e na forma do Dec. n.º 44.330/2023 e alterações.

- 13.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 13.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 13.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 13.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 13.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, concernentes ao objeto do Contrato.
- 13.8. Manter contato com o preposto da licitante contratada, visando assegurar a prestação do fornecimento de forma eficiente e na forma do contratado.
- 13.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 13.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos
- 13.11. O DETRAN/DF, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 13.11.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do DETRAN/DF relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;
- 13.11.2. Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado.
- 13.11.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados por requerimento protocolizado no Núcleo de Documentação, desde que atendidas às obrigações contratuais.

#### **14. CONDIÇÕES DE FABRICAÇÃO**

- 14.1. A contratada é a responsável exclusiva, perante a CONTRATANTE, para cobertura das garantias referentes aos veículos e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não esteja diretamente relacionada com sua linha de produção (terceirização).
- 14.2. A contratada deve assegurar ao bem a conformidade com o os requisitos deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais normas técnicas e de segurança atinentes ao objeto em tela.
- 14.3. A contratada deve garantir a qualidade do bem mediante o controle de qualidade das matérias-primas e do produto acabado, em todo o processo de fabricação, segundo um plano de controle sistemático o qual, em caso de solicitação formal e por escrito, deve ser franqueado ao conhecimento da CONTRATANTE.
- 14.4. A contratada deverá entregar o veículo com todos equipamentos, acessórios e itens de série do mesmo modelo/versão ofertado no mercado, sendo vedada a sua remoção ou substituição, salvo quando solicitado pela CONTRATANTE.

#### **15. GARANTIA TÉCNICA**

- 15.1. A empresa deverá fornecer, junto aos objetos a serem adquiridos, documentos de certificação do fabricante de que está apta a assegurar em seu nome a garantia técnica, de forma a manter o atendimento em rede autorizada em todas as unidades da federação para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização dos veículos, sendo que a garantia deverá ser total, sem ressalvas em relação aos acessórios instalados pela empresa, com cobertura aos seguintes quesitos:
- 15.2. Garantia Total de mínimo de 36 meses, para o veículo original de fábrica com as respectivas modificações exigidas pela CONTRATANTE (exceto para as motocicletas, devendo seguir a garantia descrita no item 30). Caso a garantia oferecida ao público de varejo seja maior que a solicitada, deverá permanecer a garantia mais vantajosa para a Administração
- 15.3. Garantia total mínima de 36 meses: para a pintura e carroçaria do veículo, incluindo o grafismo padrão exigido pela CONTRATANTE.
- 15.4. Garantia Total mínima de 36 meses para os dispositivos de sinalização acústica, visual e de comunicação (barras sinalizadoras, luz estroboscópica, sirene, megafone, farol de busca, break light adicional e painel de controle dos dispositivos).
- 15.5. A contratada deverá manter a garantia de no mínimo 36 meses para peças de reposição, a contar da data de entrega dos veículos para o sistema de sinalização acústica, visual e de comunicação (barras sinalizadoras, luz estroboscópica, sirene, megafone, farol de busca, break light adicional, painel de controle dos dispositivos), com assistência técnica especializada localizada no Distrito Federal
- 15.6. Os equipamentos de sinalização acústica, visual e de comunicação (barras sinalizadoras, luz estroboscópica, sirene, megafone, farol de busca, break light adicional e painel de controle dos dispositivos.), deverá ser de fabricação nacional.
- 15.7. Em caso de descontinuidade da fabricação das peças de reposição do sistema sinalização acústica, visual e de comunicação (barras sinalizadoras, luz estroboscópica, sirene, megafone, farol de busca, break light adicional e painel de controle dos dispositivos), durante o período mínimo de 36 meses, a contratada deverá fornecer novo sistema de sinalização a fim de garantir a continuidade da utilização dos veículos adquiridos.
- 15.8. Após o término da garantia dos sinalizadores a contratada deverá manter as peças de reposição por um período mínimo de 24 meses, considerando que a vida útil das viaturas é de 5 anos de uso, em caso de descontinuidade a contratada deverá indicar novas peças que sejam compatíveis para instalação, sendo estes equipamentos as custas do DETRAN-DF.
- 15.9. O prazo a que se refere os subitens anteriores serão interrompidos durante o período em que o veículo permanecer indisponível aguardando as providências para reparação ou em manutenção pela CONTRATADA.
- 15.10. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecidos neste Termo de Referência, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

#### **16. ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 16.1. Considerando que o DETRAN atua em todo o Distrito Federal necessita de uma logística ampla para manutenção dos veículos operacionais e os veículos normalmente são utilizados em condições particularmente severas, a assistência técnica deverá estar disponível nesta Unidade da Federação (Distrito Federal) para execução da garantia e assistência técnica, por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante.
- 16.2. A Contratada deverá executar gratuitamente as 5 (cinco) primeiras revisões de garantia, referentes à manutenção preventiva, inclusive as substituições das peças e serviços previstos no manual dos veículos, caso a primeira revisão seja de assentamento, esta deverá ser gratuita, passando a contar a partir da próxima revisão (ou seja a partir da 2ª revisão).
- 16.3. A concessionária autorizada pela fabricante deverá possuir cadastro na plataforma de Administração de manutenção de veículos a qual o Detran/DF tem contrato.
- 16.4. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de garantia/assistência técnica constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, haja vista que o presente Termo de Referência prevê serviços e peças a serem fornecidos pela contratada, sendo que a participação da empresa na licitação configura a aceitação plena das condições exigidas.

#### **17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 17.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 17.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.
- 17.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante com as normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas instalações, para possíveis reuniões solicitadas.
- 17.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 17.7. Durante a execução, o contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Agente Público:**

- 17.8. Indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

**Autoridade:**

Agente público dotado de poder de decisão.

**Preposto:**

- 17.9. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização:**

- 17.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme o artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência dessas irregularidades não implica corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Fiscalização Técnica**

- 17.11. O fiscal técnico do contrato, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023;
- 17.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

**Fiscalização Administrativa**

- 17.17. O fiscal administrativo do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.18. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.19. O DETRAN-DF fará a nomeação dos fiscais das unidades onde o veículo estiver sendo utilizado.
- 17.20. O fiscal Local deverá zelar pelo veículo, bem como a realização de atesto mensal quanto as condições do veículo e declaração de utilização do mesmo no interesse do serviço público, bem como declarar quaisquer intercorrências/sinistros acontecidos durante o mês de utilização do veículo.

- 17.20.1. Os fiscais locais deverão seguir as mesmas regras de utilização descritas no [DECRETO Nº 47.091, DE 10 DE ABRIL DE 2025 e instrução nº 567, de 14 de setembro de 2022](#)

**Gestor do Contrato**

- 17.21. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.23. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.26. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 17.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no

## 18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 18.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.1.1. Não produzir os resultados acordados,
  - 18.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,
  - 18.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

### LIQUIDAÇÃO, DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:

- 18.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis ou conforme normativas vigentes, contados a partir da entrega de toda a documentação válida para liquidação e pagamento da despesa, contados a partir do último documento válido para liquidação e pagamento da despesa.
- 18.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.3.1. o prazo de validade;
  - 18.3.2. a data da emissão;
  - 18.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 18.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 18.3.5. o valor a pagar; e
  - 18.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 18.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes certidões:
- 18.5.1. Certidão junto à Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 18.5.2. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) CRF junto à Caixa Econômica Federal;
  - 18.5.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CND) junto à Justiça Trabalhista;
  - 18.5.4. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal do Brasil;
  - 18.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND junto à Justiça do Trabalho.
- 18.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 18.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 18.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.10. O pagamento será realizado mensalmente, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 18.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 18.14. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, exceto os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado, nos termos do Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011.
- 18.15. As condições de pagamento seguem as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, conforme Decreto Distrital nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e alterações vigentes.
- 18.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.17. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação pro rata tempore do IPCA, nos termos do Art. 3º, do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

### INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 18.18. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c. der causa à inexecução total do contrato;
  - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.19. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 18.19.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - 18.19.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - 18.19.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste



Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**MULTA:**

- 18.20. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre incidindo sobre o início do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 18.21. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 18.22. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 18.23. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% do valor do Contrato.
- 18.24. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 5% do valor do Contrato.
- 18.25. Para infração descrita na alínea “b”, a multa será de 3% do valor do Contrato.
- 18.26. Para infrações descritas na alínea “d”, a multa será de 2% do valor do Contrato.
- 18.27. Para a infração descrita na alínea “a”, a multa será de 2% do valor do Contrato.
- 18.28. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 18.29. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 18.30. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 18.31. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 18.32. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.33. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 18.34. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1.º, da Lei n.º 14.133, de 2021):
- 18.34.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.34.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 18.34.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.34.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 18.34.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.35. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, pelo mesmo processo administrativo.
- 18.36. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 18.37. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 18.38. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da [Lei n.º 14.133/21](#).
- 18.39. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022](#).

**19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 19.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que **somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil**. O edital de licitação para registro de preços deve observar o disposto na Lei n.º. 14.133/2021, art. 82.
- 19.2. No ato da aquisição, serão utilizadas as fontes de recurso: **Fonte 237, 437 e 220**.

**20. ESTIMATIVA DE CUSTOS (PESQUISA DE MERCADO)**

- 20.1. O custo estimado total da presente aquisição é de R\$ 9.855.175,26 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) - Mapa Comparativo de Preços 188905038. O custo estimado foi apurado a partir da tabela abaixo, elaborada com base nos preços praticados em orçamentos recebidos de empresas especializadas e preços públicos.

TABELA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	PREÇO 1 NFeDF	PREÇO 2 - Público	PREÇO 3 - Público	PREÇO 4 - Público	PREÇO 5 Público	PI
1	CAMINHONETE 4X4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS	Unidade	27		R\$ 325.000,00 DNIT (Doc.sei 187257001)	R\$ 323.663,00 (Doc. Sei 187257001)	R\$ 238.900,00 PC-ES (Doc. Sei 187257001)	R\$ 309.500,00 (Doc. Sei 187257001)	
2	VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)	Unidade	3		R\$ 317.000,00 Min. Saúde (Doc.Sei 183671947)	R\$ 274.500,00 Tribunal de Justiça/MT (Doc.Sei 183671947)	R\$ 213.000,00 TRE/AL (Doc.Sei 183671947)		

3	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (Min. 15 Passageiros)	Unidade	3		R\$ 419.776,74 Gov. Rondônia (Doc.Sei 183671943)	R\$ 320.000,00 Prefeitura do Rio Largo (Doc.;Sei 183671943)	R\$ 336.999,00 Prefeitura de Loanda (Doc.Sei 183671943)	R\$ 314.600,00 Justiça Federal MT (Doc. Sei 183671943)	PREFEITURA MU (Do
---	--	---------	---	--	--	---	---	--	----------------------

## 21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste instrumento serão dirimidos pela Contratante, com fundamento na legislação aplicável à espécie, em especial, pelas [Lei Federal n.º 14.133/2021](#) e [Decreto Distrital n.º 44.330/2023](#).

21.2. Na ocasião da assinatura do contrato, a licitante deve apresentar comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução iguais ou equivalente, em atendimento às exigências da Lei Distrital n.º 6.679/2020.

21.3. Em atendimento ao parágrafo §2, Art. 3.º, do [Decreto Distrital n.º 32.751/2011](#), que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, deverá ser observada a proibição de contratação de familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito do mesmo órgão ou entidade.

21.4. Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento da presente contratação.

## 22. ANEXOS

22.1. Anexo I - Especificações Técnicas

22.2. Anexo II - Modelo de Proposta

22.3. Anexo III - modelo de declaração de sustentabilidade ambiental

22.4. Anexo IV - Modelo de Vistoria para Recebimento dos Veículos

22.5. Anexo V - Modelo de Declaração de que será ofertada garantia técnica

## 23. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

23.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Instrução 711 (183926673)

## 24. APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO o presente Termo de Referência, com fulcro na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos termos do art. 71, § 3º, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, com vistas à futura contratação de empresa fornecedoras de veículos automotores que será por Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender as demandas do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, conforme as condições constantes neste Termo de Referência, com o valor total estimado de R\$ 9.855.175,26 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos). Por se tratar de SRP, a indicação de dotação orçamentária somente será exigida no ato da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, em consonância com o parágrafo único do art. 189 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

## ANEXO I - Especificação dos veículos

Os veículos da presente aquisição serão distribuídas com as seguintes características:

## 25. CAMINHONETE 4X4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS

### IDENTIFICAÇÃO E CONFIGURAÇÃO GERAL

- Veículo automotor tipo **caminhonete pick-up**, montada sob estrutura de **chassi**, com carroceria em **aço** original de fábrica, compartimentos de passageiros e carga **separados**.
- **Cor preta**, pintura original de fábrica ou realizada por empresa **homologada com garantia do fabricante**, sob responsabilidade da fornecedora (Portaria nº 30/2004 - INMETRO).
- **Data de fabricação/modelo** igual ou posterior ao ano da assinatura do contrato.
- **Veículo novo, 0 KM**.
- **04 portas laterais e 01 tampa** na carroceria com tranca na chave e/ou trava elétrica.
- **Capacidade para 05 passageiros**, sendo dois dianteiros (bancos individuais) e três traseiros.
- 5 (cinco) primeiras revisões de garantia, referentes à manutenção preventiva, inclusive as substituições das peças e serviços previstos no manual dos veículos, fornecidos gratuitamente pela contratada, **(não podendo contar a revisão de assentamento do motor, a qual, caso exista deverá ser realizada gratuitamente)**

### MOTOR, TRANSMISSÃO E DESEMPENHO

- **Motor a diesel**.
- **Potência mínima:** 170 cv (tolerância de -5%).
- **Transmissão automática (Mínimo: 5 marchas à frente + Ré)**
- **Direção hidráulica, eletro-hidráulica, ou superior**, original de fábrica.

### SEGURANÇA VEICULAR

- Freios com sistema ABS, EBD (distribuição eletrônica da força de frenagem), controle de tração e estabilidade.
- Sistema de segurança suplementar (airbags): no mínimo 04 de série.
- Cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes (central subabdominal ou de 3 pontos).
- Sensor de estacionamento traseiro e câmera de ré integrada ao sistema multimídia.
- Alarme original de fábrica, admitida adaptação homologada.
- Trava elétrica das portas com telecomando, originais ou adaptadas por empresa autorizada.
- Película de segurança (transparente/incolor) com controle solar e película fumê conforme Resolução 254/2007 - CONTRAN.
- Engate para reboque traseiro fixo, conforme Resolução nº 197/06 - CONTRAN, com ponto de ancoragem para corrente de segurança.

### ITENS DE SÉRIE

- **Vidros elétricos** nas portas, com módulo de subida e descida automática “um toque”.
- **Ar-condicionado** de fábrica (frio/quente) com função desembaçante.
- **Retrovisores elétricos** com pintura na cor do veículo.
- **Iluminação interna da cabine** com controle autônomo na luminária.
- **Limpador e lavador elétrico do para-brisa** com temporizador.
- **Tampa de combustível** com indicação exata do tipo de combustível.
- **Luzes diurnas (DRL) e faróis de neblina** originais ou instalados por empresa homologada.
- **Kit multimídia integrado ao painel**, com:
  - Rádio AM/FM, Bluetooth, entrada USB
  - 4 alto-falantes e 2 tweeters
  - Espelhamento com smartphone via Bluetooth ou cabo.
- **Câmera de ré** com projeção no multimídia (quando aplicável).
- **Tacômetro (conta-giros).**
- **Indicador de nível de combustível** (analógico ou digital).
- **Indicador de temperatura do motor** (analógico ou digital).
- **Bancos dianteiros** com regulagem de distância e inclinação; apoios de cabeça ajustáveis.
- **Banco traseiro** com apoios de cabeça ajustáveis (mínimo dois).
- **Tapetes de borracha originais** ou instalados por rede autorizada, com presilhas de fixação.
- **Iluminação e acabamentos** internos conforme padrão de fábrica.
- Conjunto de rodas em liga leve ou rodas em alumínio, originais do veículo . Pneus com banda de rodagem mínima de 245 mm, de uso misto (asfalto e/ou estrada de terra - A/T), podendo o estepe ser em roda de aço (caso as 04 rodas sejam de aço), mantendo as dimensões das demais rodas do veículo.

#### DIMENSÕES E CAPACIDADE MÍNIMAS

- Dimensões externas mínimas:
- Comprimento mínimo: 5.110 mm (tolerância de - 5%);
- Distância entre os eixos mínima: 3.000 mm (com tolerância de - 5%);
- Largura mínima de 1.800 mm (tolerância de - 5%);
- Altura mínima de 1.780 mm (tolerância de - 5%);
- Distância mínima do solo: 200 mm (tolerância de - 5%);
- Capacidade mínima de carga: 1.010 kg (tolerância de - 5%);
- Volume mínimo da caçamba: 1.000 l (tolerância de - 5%).

#### ADAPTAÇÕES E ACESSÓRIOS

- Sistema elétrico com cabeamento, alternador e bateria de 12 V, esta última com fixação em compartimento específico, projetada para suportar vazamentos e/ou vibrações extremas, devendo todo o sistema ser devidamente dimensionado e adequado para poder suportar, de maneira simultânea, todos os equipamentos de comunicação e de sinalização (acústica e visual), que devem ser instalados, considerando os seguintes critérios:
  - Bateria auxiliar para suportar todo sistema de sinalização por no mínimo 4 horas com o motor desligado
  - O sistema elétrico do veículo (alternador e bateria), deve ser dimensionado para manter ligado o sistema de sinalização visual durante 04 horas consecutivas, com o veículo desligado. Após esse período a bateria deve ter carga suficiente para dar parda no motor.
- A bateria deve ter garantia de no mínimo 2 anos, a contar da data de recebimento definitivo do veículo
- Estribos laterais na cor preta, formado por 02 (duas) peças construídas em perfil de aço extrudado, contendo uma chapa metálica antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras.
- Barra de proteção (Santo Antônio) em aço na cor preta semibrilhante, e grade do vidro traseiro na cor preta semibrilhante com proteção até o teto do veículo, ambos conforme a especificação e material recomendado pelo fabricante do veículo.

#### 25.1. **O Veículo descrito no item 25 poderá ser solicitado com os seguintes layouts:**

##### 25.1.1. **CAMINHONETE 4X4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS - EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO:**

#### **EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO**

- Barra sinalizadora em formato de arco, linear, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 55 mm e 110 mm. A barra deverá ser fixada no rack de teto, através de suporte próprio, fabricado em aço, fixada através de parafusos passantes e porcas travantes, de modo que a barra suporte vibrações e vento a mais de 160 km/h, conforme a velocidade máxima do veículo. O formato busca otimizar a visualização da sinalização e o tamanho segue o padrão do mercado para o uso em veículos de urgência e emergência. A estrutura metálica para fixação da barra sinalizadora deve receber tratamento máximo anti corrosão (KTL) e pintura eletrostática na cor na cor preta semi brilhante. Todos os parafusos de fixação, porcas travantes e arruelas deverão ser em aço inox.
- Barra sinalizadora com base constituída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado), e/ou em policarbonato translúcido e/ou em perfil de alumínio extrudado na cor preta; com cúpula injetada em Policarbonato (com tratamento UV, resistente a impacto e descoloração), com fechamento da cúpula através parafusos e/ou presilhas em aço inox e borracha de vedação.
- **LED AMARELO AMBAR** para a barra sinalizadora principal sobre o teto da viatura: comprimento de onda de 585 a 595 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 70 lúmens ANSI típico e LED branco: temperatura de cor de 4500 a 6500K, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 180 lúmens ANSI típico e mínimo de 1W por LED.
- mínimo 4 (quatro) Strobos em LED AMARELO AMBAR dianteiro, instalados na na grade do radiador do veículo e 4 (quatro) Strobos em LED AMARELO AMBAR instalados na tampa traseiro, de no mínimo 3W cada; em formato cilíndrico ou linear, na cor cristal, sendo cada LED de no mínimo 1W, com no mínimo 05 lampejos distintos; sendo dois na dianteira (na grade de entrada de ar do motor), em local que harmonize com o design da carroceria e otimize a propagação da luz. Strobos/módulos em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, com acabamento na cor do veículo ou na cor preta. O local exato de fixação no veículo deverá ser definido pela comissão técnica do DETRAN-DF, antes da instalação no veículo referência, pois depende do modelo do veículo. Luzes auxiliares melhora a visualização das viaturas em situações que exigem a utilização desta iluminação.
- O modulo de comando dos sinalizadores auxiliares/strobos deverá ser independente, instalados em local apropriado, a depender do modelo do veículo. Os strobos deverão ter botões exclusivos no controlador. Busca identificar com facilidade o local de acionamento das luzes e deverão ser selados para evitar contato com umidade e atender ao prazo de garantia previsto no Termo de Referência. Objetivo manter o sistema intacto por mais tempo.

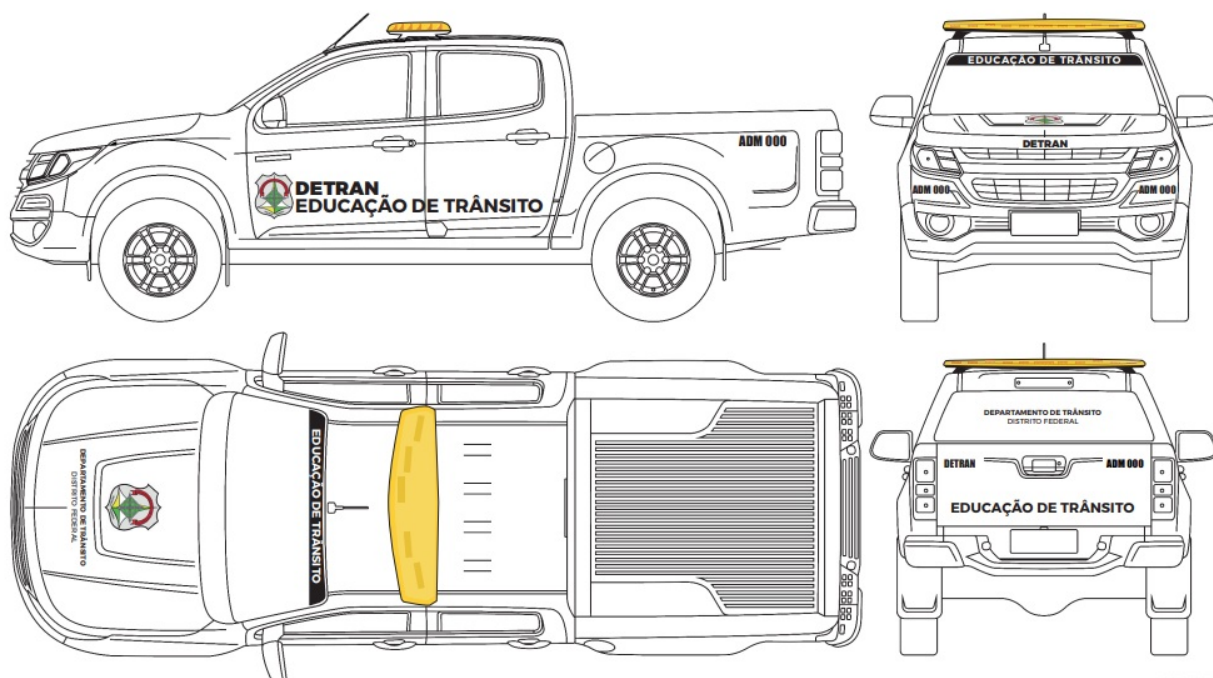
- O sistema elétrico do veículo (alternador e bateria), deve ser dimensionado para manter ligado o sistema de sinalização visual durante 04 horas consecutivas, com o veículo desligado. Após esse período a bateria deve ter carga suficiente para dar parda no motor. A bateria deve ter garantia de no mínimo 2 anos, a contar da data de recebimento definitivo do veículo.
- **BARRA DE ORIENTAÇÃO DE TRÂNSITO:** Deverá ser fornecido sistema de sinalização para orientação do fluxo do trânsito, na cor âmbar, com pelo menos 5 segmentos, e APENAS três sequencias de operação: esquerda para direita, direita para esquerda e do centro para as bordas. Deverão existir interruptores próprios no painel de controle para a barra de orientação de trânsito.
- Formato e dimensões: A barra de orientação de trânsito deve ocupar a maior largura possível do veículo em seu local de instalação, de modo a maximizar a sua percepção, devendo ser instalada na grade do vidro traseiro.

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL - EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO:

- MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA PELÍCULA RETRORREFLETIVA MICROPRISMÁTICA:
- Visiflex V-4000 - 101 Branco - Visiflex V-4000 - 250 Amarelo - Visiflex V-4000 450 vermelho, V-4000 190 Preto
- A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, série V-4000 da Avery Dennison é um filme reflexivo à base de vinil e, como tal, se conformam mais facilmente com curvas (superfícies dobrando em duas direções). Em caso de curvas complexas podem ser evitadas modelando peças menores que serão unidas por topo (e não sobrepostas umas às outras) dando a aparência de uma única peça
- Quando testado de acordo com ABNT 14644:2013, item 4.2, "Flexibilidade", o material retrorrefletivo não deve mostrar sinais de rachaduras.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 5.4 da ABNT NBR 14644:2013 e não deve apresentar sinais de rachadura e de laminação.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 4.3 da ABNT NBR 14644:2013

#### Imagem Ilustrativa

#### DESENHO TÉCNICO CAMINHONETE EDUCAÇÃO



#### 25.1.2. CAMINHONETE 4x4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS - ENGENHARIA DE TRÂNSITO

##### EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO

- Barra sinalizadora em formato de arco, linear, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 55 mm e 110 mm. A barra deverá ser fixada no rack de teto, através de suporte próprio, fabricado em aço, fixada através de parafusos passantes e porcas travantes, de modo que a barra suporte vibrações e vento a mais de 160 km/h, conforme a velocidade máxima do veículo. O formato busca otimizar a visualização da sinalização e o tamanho segue o padrão do mercado para o uso em veículos de urgência e emergência. A estrutura metálica para fixação da barra sinalizadora deve receber tratamento máximo anti corrosão (KTL) e pintura eletrostática na cor na cor preta semi brilhante. Todos os parafusos de fixação, porcas travantes e arruelas deverão ser em aço inox.
- Barra sinalizadora com base constituída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado), e/ou em policarbonato translúcido e/ou em perfil de alumínio extrudado na cor preta; com cúpula injetada em Policarbonato (com tratamento UV, resistente a impacto e descoloração), com fechamento da cúpula através parafusos e/ou presilhas em aço inox e borracha de vedação.
- **LED AMARELO AMBAR** para a barra sinalizadora principal sobre o teto da viatura: comprimento de onda de 585 a 595 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 70 lúmens ANSI típico e LED branco: temperatura de cor de 4500 a 6500K, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 180 lúmens ANSI típico e mínimo de 1W por LED.
- mínimo 4 (quatro) Strobos em **LED AMARELO AMBAR** dianteiro, instalados na na grade do radiador do veículo e 4 (quatro) Strobos em **LED AMARELO AMBAR** instalados na tampa traseiro, de no mínimo 3W cada; em formato cilíndrico ou linear, na cor cristal, sendo cada LED de no mínimo 1W, com no mínimo 05 lampejos distintos; sendo dois na dianteira (na grade de entrada de ar do motor), em local que harmonize com o design da carroceria e otimize a propagação da luz. Strobos/módulos em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, com acabamento na cor do veículo ou na cor preta. O local exato de fixação no veículo deverá ser definido pela comissão técnica do DETRAN-DF, antes da instalação no veículo referência, pois depende do modelo do veículo. Luzes auxiliares melhora a visualização das viaturas em situações que exigem a utilização desta iluminação.
- O módulo de comando dos sinalizadores auxiliares/strobos deverá ser independente, instalados em local apropriado, a depender do modelo do veículo. Os strobos deverão ter botões exclusivos no controlador. Busca identificar com facilidade o local de acionamento das luzes e deverão ser selados para evitar contato com umidade e atender ao prazo de garantia previsto no Termo de Referência. Objetivo manter o sistema intacto por mais tempo.
- O sistema elétrico do veículo (alternador e bateria), deve ser dimensionado para manter ligado o sistema de sinalização visual durante 04 horas consecutivas, com o veículo desligado. Após esse período a bateria deve ter carga suficiente para dar parda no motor. A bateria deve ter garantia de no mínimo 2 anos, a contar da data de recebimento definitivo do veículo.
- **BARRA DE ORIENTAÇÃO DE TRÂNSITO:** Deverá ser fornecido sistema de sinalização para orientação do fluxo do trânsito, na cor âmbar, com pelo menos 5 segmentos, e APENAS três sequencias de operação: esquerda para direita, direita para esquerda e do centro para as bordas. Deverão existir interruptores próprios no painel de controle para a barra de orientação de trânsito.
- Formato e dimensões: A barra de orientação de trânsito deve ocupar a maior largura possível do veículo em seu local de instalação, de modo a maximizar a sua

percepção, devendo ser instalada na grade do vidro traseiro.

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL - (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)

- MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA PELÍCULA RETRORREFLETIVA MICROPRISMÁTICA:
- Visiflex V-8000 Branco - Visiflex V-8001 Amarelo - Visiflex V-8014 Laranja
- A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, série V-8000 da Avery Dennison é um filme reflexivo à base de vinil e, como tal, se conformam mais facilmente com curvas (superfícies dobrando em duas direções). Em caso de curvas complexas podem ser evitadas modelando peças menores que serão unidas por topo (e não sobrepostas umas às outras) dando a aparência de uma única peça.
- Quando testado de acordo com ABNT 14644:2013, item 4.2, "Flexibilidade", o material retrorrefletivo não deve mostrar sinais de rachaduras.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 5.4 da ABNT NBR 14644:2013 e não deve apresentar sinais de rachadura e de laminação.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 4.3 da ABNT NBR 14644:2013

#### Imagem Ilustrativa



#### 25.1.3. CAMINHONETE 4x4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS: BANCA EXAMINADORA EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO

- Barra sinalizadora em formato de arco, linear, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 55 mm e 110 mm. A barra deverá ser fixada no rack de teto, através de suporte próprio, fabricado em aço, fixada através de parafusos passantes e porcas travantes, de modo que a barra suporte vibrações e vento a mais de 160 km/h, conforme a velocidade máxima do veículo. O formato busca otimizar a visualização da sinalização e o tamanho segue o padrão do mercado para o uso em veículos de urgência e emergência. A estrutura metálica para fixação da barra sinalizadora deve receber tratamento máximo anti corrosão (KTL) e pintura eletrostática na cor na cor preta semi brilhante. Todos os parafusos de fixação, porcas travantes e arruelas deverão ser em aço inox.
- Barra sinalizadora com base constituída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado), e/ou em policarbonato translúcido e/ou em perfil de alumínio extrudado na cor preta; com cúpula injetada em Policarbonato (com tratamento UV, resistente a impacto e descoloração), com fechamento da cúpula através parafusos e/ou presilhas em aço inox e borracha de vedação.
- **LED AMARELO AMBAR** para a barra sinalizadora principal sobre o teto da viatura: comprimento de onda de 585 a 595 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 70 lúmens ANSI típico e LED branco: temperatura de cor de 4500 a 6500K, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 180 lúmens ANSI típico e mínimo de 1W por LED.
- mínimo 4 (quatro) Strobos em **LED AMARELO AMBAR** dianteiro, instalados na na grade do radiador do veículo e 4 (quatro) Strobos em **LED AMARELO AMBAR** instalados na tampa traseiro, de no mínimo 3W cada; em formato cilíndrico ou linear, na cor cristal, sendo cada LED de no mínimo 1W, com no mínimo 05 lampejos distintos; sendo dois na dianteira (na grade de entrada de ar do motor), em local que harmonize com o design da carroceria e otimize a propagação da luz. Strobos/módulos em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, com acabamento na cor do veículo ou na cor preta. O local exato de fixação no veículo deverá ser definido pela comissão técnica do DETRAN-DF, antes da instalação no veículo referência, pois depende do modelo do veículo. Luzes auxiliares melhora a visualização das viaturas em situações que exigem a utilização desta iluminação.
- O módulo de comando dos sinalizadores auxiliares/strobos deverá ser independente, instalados em local apropriado, a depender do modelo do veículo. Os strobos deverão ter botões exclusivos no controlador. Busca identificar com facilidade o local de acionamento das luzes e deverão ser selados para evitar contato com umidade e atender ao prazo de garantia previsto no Termo de Referência. Objetivo manter o sistema intacto por mais tempo.
- O sistema elétrico do veículo (alternador e bateria), deve ser dimensionado para manter ligado o sistema de sinalização visual durante 04 horas consecutivas, com o veículo desligado. Após esse período a bateria deve ter carga suficiente para dar parda no motor. A bateria deve ter garantia de no mínimo 2 anos, a contar da data de recebimento definitivo do veículo.
- **BARRA DE ORIENTAÇÃO DE TRÂNSITO:** Deverá ser fornecido sistema de sinalização para orientação do fluxo do trânsito, na cor âmbar, com pelo menos 5 segmentos, e APENAS três sequências de operação: esquerda para direita, direita para esquerda e do centro para as bordas. Deverão existir interruptores próprios



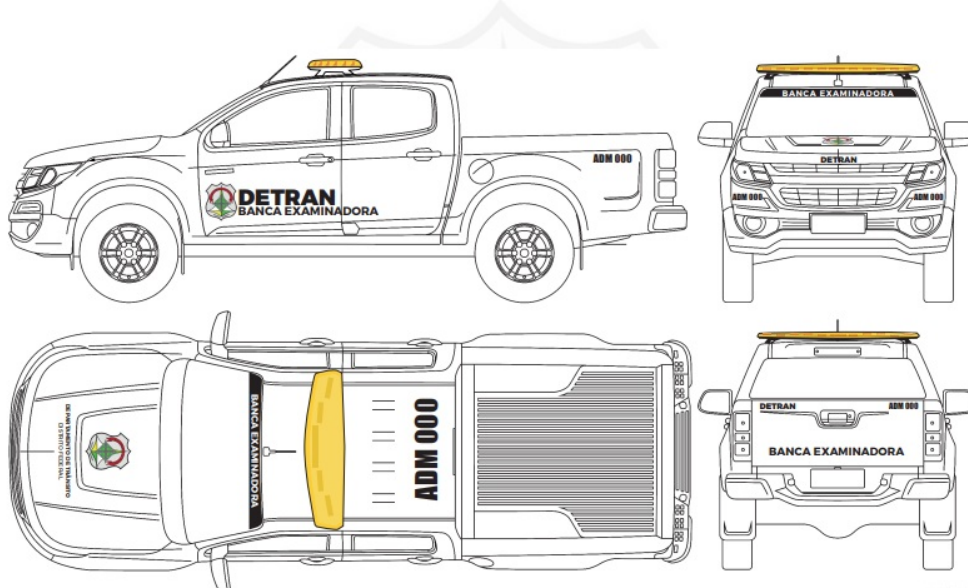
no painel de controle para a barra de orientação de trânsito.

- Formato e dimensões: A barra de orientação de trânsito deve ocupar a maior largura possível do veículo em seu local de instalação, de modo a maximizar a sua percepção, devendo ser instalada na grade do vidro traseiro.

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL - (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)

- MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA PELÍCULA RETRORREFLETIVA MICROPRISMÁTICA:
- Visiflex V-4000 - 101 Branco - Visiflex V-4000 - 250 Amarelo - Visiflex V-4000 450 vermelho, V-4000 190 Preto
- A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, série V-4000 da Avery Dennison é um filme reflexivo à base de vinil e, como tal, se conformam mais facilmente com curvas (superfícies dobrando em duas direções). Em caso de curvas complexas podem ser evitadas modelando peças menores que serão unidas por topo (e não sobrepostas umas às outras) dando a aparência de uma única peça
- Quando testado de acordo com ABNT 14644:2013, item 4.2, "Flexibilidade", o material retrorrefletivo não deve mostrar sinais de rachaduras.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 5.4 da ABNT NBR 14644:2013 e não deve apresentar sinais de rachadura e de laminação.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 4.3 da ABNT NBR 14644:2013
- 

#### Imagem Ilustrativa



#### 25.1.4. CAMINHONETE 4x4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS: ADMINISTRATIVO

NÃO HÁ EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO NAS CAMINHONETES DESTINADA AOS SETORES ADMINISTRATIVOS

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL - (A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE)

- MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA PELÍCULA RETRORREFLETIVA MICROPRISMÁTICA:
- Visiflex V-4000 - 101 Branco - Visiflex V-4000 - 250 Amarelo - Visiflex V-4000 450 vermelho, V-4000 190 Preto
- A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, série V-4000 da Avery Dennison é um filme reflexivo à base de vinil e, como tal, se conformam mais facilmente com curvas (superfícies dobrando em duas direções). Em caso de curvas complexas podem ser evitadas modelando peças menores que serão unidas por topo (e não sobrepostas umas às outras) dando a aparência de uma única peça
- Quando testado de acordo com ABNT 14644:2013, item 4.2, "Flexibilidade", o material retrorrefletivo não deve mostrar sinais de rachaduras.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 5.4 da ABNT NBR 14644:2013 e não deve apresentar sinais de rachadura e de laminação.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 4.3 da ABNT NBR 14644:2013

#### 26. VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)

#### IDENTIFICAÇÃO E CONFIGURAÇÃO GERAL

- Veículo automotor novo (zero quilômetro), tipo van, destinado ao transporte de carga.
- Estrutura: monobloco ou chassi original de fábrica.
- Licenciada e emplacada em nome do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF).
- Pintura externa: cor branca ou preta, a ser definida pelo Departamento.
- Identificação visual: conforme padrão a ser definido pelo Departamento.
- Pintura original de fábrica ou realizada por empresa homologada, garantindo a manutenção da garantia do fabricante.
- As cinco primeiras revisões de garantia, referentes à manutenção preventiva, incluindo substituição de peças e serviços previstos no manual do veículo, deverão ser fornecidas gratuitamente pela contratada (não podendo contar a revisão de assentamento do motor, que, caso exista, deverá ser realizada sem custos adicionais).

#### MOTOR, DESEMPENHO E TRANSMISSÃO

- Peso bruto total (PBT): até 3.500 kg (admitida tolerância negativa e positiva de até 5%).
- Motor: mínimo de 2.0 litros, movido a diesel.
- Potência mínima: 120 cv, (admitida tolerância negativa de até 5%).
- Capacidade mínima do tanque de combustível: 70 litros (admitida tolerância negativa e positiva de até 5%).
- Capacidade de carga útil: até 1.200 kg (admitida tolerância negativa e positiva de até 5%).
- Direção: hidráulica ou elétrica ou superior, original de fábrica.

#### SEGURANÇA VEICULAR

- Cintos de segurança individuais para todos os ocupantes.

- Iluminação interna adequada para o compartimento de carga.
- Freios e sistemas de segurança conforme itens e acessórios de série obrigatórios da montadora.

#### CONFORTO E FUNCIONALIDADE

- Ar-condicionado de fábrica.
- Vidros e travas elétricas, originais de fábrica ou instalados por empresa autorizada, mantendo as garantias.
- Bancos reclináveis com cintos de segurança individuais para todos os ocupantes.
- Portas laterais deslizantes, que facilitam o embarque e desembarque de carga.
- Aplicação de película solar nas janelas laterais, conforme legislação vigente, com proteção contra radiação UV e redução do aquecimento interno.

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL - (CONFORME DEFINIÇÃO DA CONTRATANTE)

- MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA PELÍCULA RETRORREFLETIVA MICROPRISMÁTICA:
- Visiflex V-4000 - 101 Branco - Visiflex V-4000 - 250 Amarelo - Visiflex V-4000 450 vermelho, V-4000 190 Preto
- A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, série V-4000 da Avery Dennison é um filme reflexivo à base de vinil e, como tal, se conformam mais facilmente com curvas (superfícies dobrando em duas direções). Em caso de curvas complexas podem ser evitadas modelando peças menores que serão unidas por topo (e não sobrepostas umas às outras) dando a aparência de uma única peça
- Quando testado de acordo com ABNT 14644:2013, item 4.2, "Flexibilidade", o material retrorrefletivo não deve mostrar sinais de rachaduras.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 5.4 da ABNT NBR 14644:2013 e não deve apresentar sinais de rachadura e de laminação.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 4.3 da ABNT NBR 14644:2013.

#### 27. VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (MIN. 15 PASSAGEIROS)

##### IDENTIFICAÇÃO E CONFIGURAÇÃO GERAL

- Veículo automotor novo (zero quilômetro), tipo van, destinado ao transporte de passageiros.
- Capacidade mínima: 14 passageiros + 1 motorista (total de 15 ocupantes).
- Estrutura: monobloco ou chassi original de fábrica.
- Licenciada e emplacada em nome do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF).
- Pintura externa: cor branca ou preta, a ser definida pelo Departamento.
- Identificação visual: conforme padrão a ser definido pelo Departamento.
- Pintura original de fábrica ou realizada por empresa homologada, mantendo a garantia do fabricante
- As cinco primeiras revisões de garantia, referentes à manutenção preventiva, incluindo substituição de peças e serviços previstos no manual do veículo, deverão ser fornecidas gratuitamente pela contratada (não podendo contar a revisão de assentamento do motor, que, caso exista, deverá ser realizada sem custos adicionais).

##### MOTOR, DESEMPENHO E TRANSMISSÃO

- Peso bruto total (PBT): até 3.500 kg (admitida tolerância negativa e positiva de até 5%).
- Motor: mínimo de 2.3 litros, movido a diesel.
- Potência mínima: 120 cv (admitida tolerância negativa de até 5%).
- Capacidade do tanque de combustível: mínimo 70 litros (admitida tolerância negativa e positiva de até 5%).
- Direção: hidráulica ou elétrica ou superior, original de fábrica.

##### SEGURANÇA VEICULAR

- Cintos de segurança individuais para todos os ocupantes.
- Airbags: mínimo de 4 (frontais e laterais).
- Freios ABS e demais sistemas obrigatórios conforme legislação vigente.
- Kit de segurança e extintor de incêndio, conforme exigência do CONTRAN.
- Iluminação interna adequada para transporte de passageiros.

##### CONFORTO E ACESSIBILIDADE

- Ar-condicionado de fábrica.
- Vidros e travas elétricas, originais ou instalados por rede autorizada, mantendo garantia.
- Bancos reclináveis, revestidos e com apoios de cabeça.
- Portas laterais deslizantes para facilitar o embarque e desembarque.
- Degrau retrátil para acessibilidade.
- Aplicação de película solar nas janelas laterais, conforme legislação vigente, com proteção contra radiação UV e redução de aquecimento interno.

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL - (CONFORME DEFINIÇÃO DA CONTRATANTE)

- MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA PELÍCULA RETRORREFLETIVA MICROPRISMÁTICA:
- Visiflex V-4000 - 101 Branco - Visiflex V-4000 - 250 Amarelo - Visiflex V-4000 450 vermelho, V-4000 190 Preto
- A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, série V-4000 da Avery Dennison é um filme reflexivo à base de vinil e, como tal, se conformam mais facilmente com curvas (superfícies dobrando em duas direções). Em caso de curvas complexas podem ser evitadas modelando peças menores que serão unidas por topo (e não sobrepostas umas às outras) dando a aparência de uma única peça
- Quando testado de acordo com ABNT 14644:2013, item 4.2, "Flexibilidade", o material retrorrefletivo não deve mostrar sinais de rachaduras.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 5.4 da ABNT NBR 14644:2013 e não deve apresentar sinais de rachadura e de laminação.
- A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 4.3 da ABNT NBR 14644:2013.

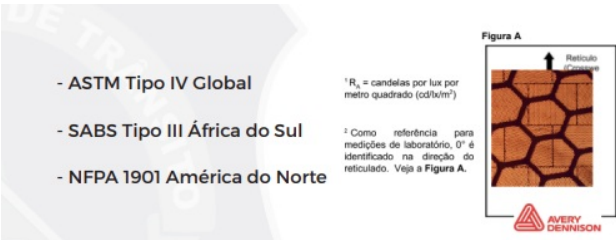
#### 28. IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL - INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 28.1. Será fornecido o Manual de Identificação Visual dos Veículos Oficiais do Departamento de Transito do Distrito Federal (145775428).
- 28.2. A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, da Avery Dennison são películas flexíveis, microprismática e retrorrefletivas de alta qualidade capaz de

refletir luz em uma ampla variação de ângulos, projetadas para uso em veículos de emergência, veículos utilitários e veículos similares para marcações de divisas, marcações de Battenburg ou quaisquer outras marcações retrorrefletivas similares empregadas para proporcionar maior visibilidade diurna e/ou noturna.

28.3. O material retrorrefletivo deve consistir em uma película microprismática (Prismas omnidirecionais) colorida (fluorescente), com uma superfície externa lisa e com propriedades retrorrefletivas em toda a sua superfície. O material deve ter uma construção sólida, sem air-celled, com um revestimento de alumínio na parte posterior dos microprismas, para melhorar a retrorrefletividade e a durabilidade das aplicações em veículos. O material deve ser um vinil flexível capaz de se adaptar a curvas e ondulações moderadas; deve ser especificamente projetado e comercializado para sinalização de veículos. O material deve ser fornecido com um adesivo sensível à pressão para permitir a aplicação na superfície do veículo, bem como deve ser construído em camada única simplifica a aplicação e elimina a necessidade de vedação das bordas

28.4. O vinil retrorrefletivo microprismático da série VisiFlex atende aos requisitos de cor e de luminância mínima da ASTM D4965 e HOSDB. O desempenho típico de retrorrefletividade do Avery Dennison é comparável às seguintes especificações:



28.5. O material dever ter sua performance de retrorrefletividade testada com um retrorrefletômetro vertical e deve atender aos requisitos mínimos identificados na Tabela 1 abaixo:

PERFORMANCE DE RETRORREFLETIVIDADE (VisiFlex™ V-8000)				
Ângulo de Observação	de	Ângulo de Entrada	de	
			Amarelo Lima Limão Fluorescente	Laranja Fluorescente
0,2°		5°	300	160
		30°	150	80
		45°	33	18
0,33°		5°	80	80
		30°	60	50
		45°	16	20
0,50°		5°	50	45
		30°	20	20
		45°	9	8
1,0°		5°	8	8
		30°	6	4
		45°	2	2

Tabela 1: Coeficiente Retrorreflexão <sup>A</sup>

28.6. As películas retrorrefletivas devem apresentar os valores de coordenadas de cromaticidade em conformidade à Tabela 2, quando medido com um espectrofotômetro utilizando iluminante D65 Padrão do CIE.

CROMATICIDADE DIURNA	MEDIDOS COM O ILUMINANTE D65 PADRÃO DO CIE							
	1		2		3		4	
	x	y	x	y	x	y	x	y
Amarelo Lima Limão Fluorescente	0,375	0,62	0,46	0,532	0,398	0,45	0,35	0,508
Laranja Fluorescente	0,506	0,404	0,57	0,429	0,655	0,345	0,56	0,34

Tabela 2: coordenadas de cromaticidades diurnas

28.7. As películas retrorrefletivas devem apresentar os fatores de luminância conforme Tabela 3:

FATOR MÍNIMO DE LUMINÂNCIA - CIE D65				
			MÍNIMO	MÁXIMO
Amarelo	Lima	Limão	30	60
Fluorescente				
Laranja Fluorescente			15	40

Tabela3: fatores mínimos de luminância

29. INFORMAÇÕES BÁSICAS PARA APLICAÇÃO:

<b>RESISTÊNCIA AO DESLOCAMENTO (PSTC-2) 12pol/min, ângulo de 90°</b>	<b>Substrato</b>	Pré-pintado Painel	2,7 lb-f/in (0,47 N/mm)
		Inoxidável Aço	5,5 lb-f/in (0,96 N/mm)
Estabilidade dimensional ASTM D4956	Menos de 0,32 cm de alteração em um painel de 9x9		Passa
Flexibilidade ASTM D4956 Enrolar em torno de mandril com 0.125" @ 32F (0C)	Sem rachaduras		Passa
Teste de lavagem com jato de alta pressão Ângulo de 45°, 1.200 psi, distância de 8 polegadas (20,32 cm)	Sem delaminação, elevação da borda, rachaduras ou penetração de água		Passa
Adesão ASTM D4956 0,79 kg pendurado a 90°	Movimento menor do que 5,08 cm (2 pol)		Passa
Resistência química LS300C Imersão em óleo Diesel, mistura xileno/aguardente	Sem amolecimento, embotamento, mudança de cor ou perda de aderência		Passa
Resistência à corrosão Imersão por uma hora em solução de .1NaOH	Sem corrosão branca, ferrugem vermelha, descoloração, delaminação, descamação, verificação, rachaduras ou formação de bolhas		Passa
Resistência ao Impacto à temperatura ambiente ASTM D4956 Impacto com força de 10 in-lb e ponta de 5/8 polegadas à temperatura ambiente	Sem danos fora da área de impacto		Passa

a) A película refletiva de alta visibilidade VisiFlex, da Avery Dennison é um filme reflexivo à base de vinil e, como tal, se conformam mais facilmente com curvas (superfícies dobrando em duas direções). Em caso de curvas complexas podem ser evitadas modelando peças menores que serão unidas por topo (e não sobrepostas umas às outras) dando a aparência de uma única peça.

b) Recomenda-se que, sempre que possível, as bordas quadradas e pontas chevron sejam arredondadas para melhorar a estética e minimizar o risco de cantos serem levantados por arruelas mecânicas e elétricas. O raio mínimo recomendado é 3mm.

c) O material não deve ser aplicado em torno de cantos ou bordas (por exemplo, borda da porta, arco da roda, curva do para-choque, etc.). Em vez disso, deve ser cortado a 03mm na frente da borda. O mesmo procedimento deve ser realizado quando da instalação do vinil em locais onde existem vincos (detalhes côncavos e/ou convexos na lataria).

#### 29.1. Intemperismo Artificial Acelerado:

29.1.1. A película retrorrefletiva deve ser submetida ao ensaio de intemperismo artificial de acordo com ASTM G155, Ciclo 1 por um período de 1.000 horas. Após este período, a película deve ser novamente testada e sua cor deve estar em acordo com a tabela 2 e a retrorrefletividade deve atender pelo menos 80% do valor especificado na Tabela 1 para a cor testada

#### 29.2. Flexibilidade

29.2.1. Quando testado de acordo com ABNT 14644:2013, item 4.2, "Flexibilidade", o material retrorrefletivo não deve mostrar sinais de rachaduras.

#### 29.3. Resistência a Impacto

29.3.1. A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 5.4 da ABNT NBR 14644:2013 e não deve apresentar sinais de rachadura e delaminação.

#### 29.4. Encolhimento

29.4.1. A película retrorrefletiva deve ser ensaiada conforme item 4.3 da ABNT NBR 14644:2013

#### 29.5. Impressão Digital

29.5.1. Quando necessário a utilização de impressão digital para confecção de grafismos, como por exemplo, brasões ou logomarcas, este deverá cumprir com as cores especificadas no Manual de Identidade. As tintas utilizadas no processo de impressão digital devem ser do mesmo fabricante da película retrorrefletiva de modo a garantir que a durabilidade impressão esteja conforme especificado. É mandatório a utilização de uma película transparente sobre a película retrorrefletiva impressa para proteção contra raios UV, conhecida comercialmente como Overlay

#### 29.6. Garantia

29.6.1. Quando utilizadas de acordo com as recomendações do fabricante do material retrorrefletivo as cores fluorescentes, Amarelo lima-limão fluorescente e Laranja-fluorescente deverão ser garantidas por um período mínimo de 5 anos a partir da data de aplicação. Se o material falhar na medida em que não for mais adequado para a finalidade a que se destina, o fabricante de materiais retrorrefletivos deverá substituir o material defeituoso sem nenhum custo para o órgão.

## Anexo II

### MODELO DE PROPOSTA

#### AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

Pregão Eletrônico \_\_\_\_/2025

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ(CGC)/MF sob nº \_\_\_\_\_, instalada no (endereço completo), telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, apresenta proposta para:

ITENS	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
5	CAMINHONETE 4x4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS		R\$R\$	R\$
8	VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)		R\$	R\$
10	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (Min. 15 Passageiros)		R\$	R\$

Valor Total numérico e por extenso:

a) Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 90 dias).

b) Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente nº \_\_\_\_\_. Obs.: As empresas que possuem sede, filiais ou representações no

Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do contratado junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Dessa forma deverão indicar número da conta corrente, agência do BRB, em cumprimento ao disposto Decreto nº 32.767 de 17 de fevereiro de 2011.

c) Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

d) Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.

Data da Proposta

Nome, RG/CPF e assinatura do representante da empresa Carimbo do CNPJ/MF

Item	Descrição do bem/Serviço	Valor de Proposta
1	Veículo Original de Fábrica	
2	Grafismo/pintura	
3	Tanque Cheio	

Anexo III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, n.º xx, bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-xxx, em \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade do cumprimento dos critérios e práticas de sustentabilidade dispostos neste do Termo de Referência do Edital, item 30 e subitens.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
CPF nº XX.XXX.XXX-XX  
CARGO EMPRESA

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N.º 39.860/2019

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_  
(Local data)

\_\_\_\_\_  
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.770/2012

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto da Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/2024 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(representante)

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes do FORNECEDOR/CONTRATADO, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que o FORNECEDOR/CONTRATADO fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

#### Anexo IV

Modelo de Vistoria para Recebimento dos Veículos

**OBS; As tabelas abaixo não isenta a contratada de cumprir com as clausulas apresentadas acima neste Termo de Referência**

Item	Atendido
Veículo automotor novo (zero quilômetro)	
tanque de combustível cheio	
manual do veículo no idioma português	
Chave Reserva	
licenciado e emplacado em nome do Departamento de Trânsito do Distrito Federal	
Transmissão automática	
Vidros das portas com acionamento elétrico	
Trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo	
Alarme original de fábrica	
Transmissão automática	
Potência mínima de 160 cv	
Direção hidráulica ou eletro hidráulica	
mínimo de 06 Air-Bags de série	
Tanque de combustível com capacidade mínima de 70 (setenta) litros (tolerância de - 5%)	
Conjunto de rodas em liga leve ou rodas em alumínio, originais do veículo	
Luzes Diurnas	
Kit multimídia integrado ao painel do veículo	
Tapetes do assoalho de borracha original do veículo ou instalado por rede autorizada pelo fabricante	
Sensor de Estacionamento traseiro original de fábrica e sensor de estacionamento dianteiro original de fábrica ou instalado por empresa homologada pelo fabricante	
Instalação de película de segurança (transparente/incolor) com controle solar, em todos os vidros do veículo, inclusive no pára-brisas	
Aplicação de película solar nas janelas laterais	
Engate para reboque traseiro fixo	
Bateria auxiliar para suportar todo sistema de sinalização por no mínimo 4 horas com o motor desligado	
A bateria deve ter garantia de no mínimo 2 anos, a contar da data de recebimento definitivo do veículo	
Tampa de combustível contendo a indicação exata sobre o tipo de combustível utilizado	
Estribos Laterais para facilitar o acesso ao interior do veículo	
Capota marítima rígida retrátil para caminhonete	
Cabo Transferência Para Bateria com mínimo de 800Amp e mínimo 5 metros de comprimento	
ILUMINAÇÃO DE BECO	
Barra sinalizadora em formato de arco	
LED AMARELO AMBAR OU VERMELHO para a barra sinalizadora principal	
mínimo 2 (dois) Strobos em LED dianteiro e 2 (dois) Strobos em LED traseiro , de no mínimo 3W cada	
O modulo de comando dos sinalizadores auxiliares/strobos com acionamento independente	

Sirene eletrônica composta de amplificador de no mínimo 100W @ 11Ω (Ohms)	
MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA PELÍCULA RETRORREFLETIVA MICROPRISMÁTICA	
Visiflex V-4000 - 101 Branco - Visiflex V-4000 - 250 Amarelo - Visiflex V-4000 450 vermelho, V-4000 190 Preto	

Anexo V

Declaração de que será ofertada garantia técnica

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), portador do CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa (nome da empresa licitante/fabricante) \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ nº \_\_\_\_\_; referente ao Pregão \_\_\_\_\_, processo 00055-00109370/2025-51 gerenciado pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal, UASG 926142, DECLARO que prestarei garantia contra eventuais defeitos de fabricação pelo tempo determinado no Edital e Anexos que rege este pregão:

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Marca	Modelo	Valor	Prazo de Garantia

Declaro que o prazo inicial para prestação de garantia do produto ofertado contará a partir da data em que o produto for entregue no local determinado pela Contratante.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO]

ANEXO B (do Edital)

PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	PREÇO 1 NFeDF	PREÇO 2 - Público	PREÇO 3 - Público	PREÇO 4 - Público	PREÇO 5 Público	P
1	CAMINHONETE 4X4 CARACTERIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS	Unidade	27		R\$ 325.000,00 DNIT (Doc.sei 187257001)	R\$ 323.663,00 (Doc. Sei 187257001)	R\$ 238.900,00 PC-ES (Doc. Sei 187257001)	R\$ 309.500,00 (Doc. Sei 187257001)	
2	VAN PARA TRANSPORTE DE CARGA (FURGÃO)	Unidade	3		R\$ 317.000,00 Min. Saúde (Doc.Sei 183671947)	R\$ 274.500,00 Tribunal de Justiça/MT (Doc.Sei 183671947)	R\$ 213.000,00 TRE/AL (Doc.Sei 183671947)		
3	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (Min. 15 Passageiros)	Unidade	3		R\$ 419.776,74 Gov. Rondônia (Doc.Sei 183671943)	R\$ 320.000,00 Prefeitura do Rio Largo (Doc.,Sei 183671943)	R\$ 336.999,00 Prefeitura de Loanda (Doc.Sei 183671943)	R\$ 314.600,00 Justiça Federal MT (Doc. Sei 183671943)	PREFEITURA MU (Do

ANEXO C (do Edital)

MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019 E ARTIGO 14 DA LEI 14.133/2021



A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....  
(Local data)

.....  
(representante)  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo Detran/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Está ciente e de acordo que o Detran/DF para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que a LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao Detran/DF em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

## 3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.770/2012

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

.....  
(Local e data)

.....  
(representante)  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 4. MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nºxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de

proteção do meio ambiente.  
Estou ciente da obrigatoriedade do cumprimento dos critérios e práticas de sustentabilidade dispostos neste do Termo de Referência do Edital.  
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Brasília, xxxxx de xxxx de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF nº XX.XXX.XXX-XX  
CARGO EMPRESA

ANEXO D (do Edital)  
MINUTA DO CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

\* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA

CONTRATO DE AQUISIÇÃO nº XX/2025.  
Processo Administrativo nº XXXXXX

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, Autarquia Distrital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, XXXXXXX, CPF nº XXXXXX, CI nº XXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, sediada na XXXXXXXXXX, CEP XXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, XXXXXXX, portador da CI nº XXXXXXX e do CPF nº XXXXXXX, tendo em vista o que consta nos Processos nº XXXXXXX, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº XXXXX/20XX** e da **Ata de Registro de Preços nº XX/20XX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços, dos seguintes veículos automotores, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (XXXXXXX, Anexo I):

1.2. Objeto da contratação:

ITENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XXXXXX	XXXXX	XXXX	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO					R\$ XXXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. Termo de Referência (XXXX);
- 1.3.2. Edital de Licitação nº XX/20XX (XXXXX);
- 1.3.3. A Proposta da Contratada (XXXXX);
- 1.3.4. A Ata de Registro de Preços nº XX/20XX (XXXX).
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, não prorrogável e irrevogável, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (XXXXXXX).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência (XXXXX), anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato, conforme definido no Termo de Referência (XXXXXX).

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal;

3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

10.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, o CONTRATADO prestará garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato, no prazo de 30 (trinta dias) após a assinatura deste Termo de Contrato.

- 10.2. O CONTRATADO poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia :
- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
  - b. Seguro garantia;
  - c. Fiança bancária.
- 10.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, no banco por ele indicado, com correção monetária .
- 10.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas. A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.5. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada ou renovada .
- 10.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação .
- 10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de :
- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - c. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.8. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021 e item 5.21 do Termo de Referência.
- 10.9. **Garantia Contratual dos Bens (Garantia Técnica):** Além da garantia de execução contratual prevista nesta cláusula, os bens fornecidos possuem garantia técnica específica contra defeitos de fabricação, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme Termo de Referência (XXXXXXX). Esta garantia técnica é independente da garantia de execução do contrato
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**
- 11.1. O CONTRATADO, em caso de inexecução parcial ou total, culposa ou dolosa, do contrato, estará sujeito às infrações e sanções administrativas previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, no item 18 do Termo de Referência (XXXXXX) e demais normas aplicáveis.
- 11.2. Conforme a gravidade da infração, e garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Impedimento de licitar e contratar;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.3. As multas serão aplicadas nos seguintes termos, conforme item 18.3 do Termo de Referência:
- a) Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, calculada sobre o valor da parcela inadimplida;
  - b) Multa de mora de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado na apresentação da garantia, calculada sobre o valor total do contrato;
  - c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total do objeto;
  - d) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução parcial do objeto.
- 11.4. A aplicação de qualquer sanção se dará por meio de processo administrativo regular, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021. As sanções poderão ser aplicadas de forma cumulativa, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente o dano causado à Administração.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**
- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
  - b. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, desde que observados os requisitos do item 5.11 e 8.1 do Termo de Referência (XXXXXX).
- 12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - c. Indenizações e multas.
- 12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**
- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal, que serão indicados na respectiva Nota de Empenho, a ser emitida para cada aquisição. No ato da aquisição, serão utilizadas as fontes de recurso: Fonte 237, 437 e 220, ou outras que vierem a ser definidas, conforme item 19.2 do Termo de Referência (XXXXXX).
- 13.1.1. Gestão/Unidade: 22201 / 24201 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DF
- 13.1.2. Fonte de Recursos: XXXXXX
- 13.1.3. Programa de Trabalho: XXXXXX
- 13.1.4. Elemento de Despesa: XXXXXX
- 13.1.5. Nota de Empenho: XXXXXXXX
- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**
- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 17.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.
- 17.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.
- 17.3. Vedado no nepotismo, em observância ao cumprimento das determinações previstas no art. 3º, parágrafo 2º, do Decreto Distrital nº 32.751/2011 e o disposto no art. 5º do Decreto Distrital nº 39+978/2019.
- 17.4. Devem ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata o §2º, art. 27 do Decreto Distrital nº 46.174/2024.
- 17.5. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.
- 17.6. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013.
- 17.7. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.
- 17.8. Caso a CONTRATADA possua mais de 20 (vinte) funcionários, obriga-se a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio, curso de alfabetização ou de complementação do ensino fundamental, nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017.
- 17.9. Caso este contrato suceda outro para a prestação do mesmo serviço, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012.
- 17.10. A CONTRATADA se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde, conforme o caso e nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.
- 17.11. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)**

- 18.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

Brasília, XX de XXXX de 20XX.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXX

DIRETOR-GERAL DO DETRAN/DF

Pela Contratada:

XXXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO E (do Edital)**

Ata de Registro de Preços nº XX/202X

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: XX/2025**  
**PROCESSO nº: 00055-00109370/2025-51**  
**PREGÃO nº: XXXXX/20XX**

**VALIDADE:** 12(doze) meses, a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e o do parágrafo 1º, do art. 198 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

Aos XX dias do mês de XXXXX do ano de 20XX, no **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**, Autarquia Distrital, com sede na SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.475.855/0001-79, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **XXXXXX**, brasileiro, portador da CI nº XXXXX e do CPF nº XXXXXX, em face do julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica nº XX/20XX, Processo SEI nº 00055-00109370/2025-51, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s)

quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

6. CLÁUSULA I - DO OBJETO

- 6.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para "aquisição de veículos automotores caracterizados a serem utilizados no exercício das atividades do órgão, no transporte de servidores e cargas, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal", pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO A do edital de Licitação nº XXXXX/20XX, para os itens XXXXXX, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 6.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo A do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

7. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 7.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

PREGÃO Nº XXXXX/20XX - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX					
1º LUGAR					
EMPRESA :					
CGC/CNPJ			INSC ESTADUAL:		
ENDEREÇO:				TELEFONE : ( )	
SÓCIO-DIRETOR :				CPF: 372.532.828-50	
1º LUGAR					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ XXXXX

8. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 8.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Detran/DF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art.192 do Decreto Distrital 44.330/2023.
- 8.2. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à Diretoria de Administração Geral (DIRAG).
- 8.3. Não será permitida a adesão a presente Ata de Registro de Preços de órgãos e entidades da administração pública que não tenham participado da fase de planejamento da contratação.

9. CLÁUSULA IV - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

- 9.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 9.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 9.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 9.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.5. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 9.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 9.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 9.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 9.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 9.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.18, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 9.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:
- 9.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 9.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 9.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 9.14.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 9.14.2. Mantiverem sua proposta original.
- 9.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

- 9.16. O registro a que se refere o item 4.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 9.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 9.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 9.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 9.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

#### 10. CLÁUSULA V - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 10.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
- 10.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 10.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 10.5.1. A possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- 10.5.2. A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- 10.5.3. Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 10.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 10.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 10.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 10.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 10.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 10.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.
- 10.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 10.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 10.13.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- 10.13.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 10.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

#### 11. CLÁUSULA VI - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 11.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 11.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 11.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 11.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 11.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 11.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 11.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.
- 11.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.1.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



11.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1.3 e no item 7.1.5, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. CLÁUSULA VII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. for liberado pela Administração Pública;

7.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

7.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;

12.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

7.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

12.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

## 13. CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

13.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

13.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 14. CLÁUSULA IX - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta.

## 15. CLÁUSULA X - CONDIÇÕES GERAIS

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO A do EDITAL.

15.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

15.3. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento eletrônico que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

XXXXXXX  
DIRETOR-GERAL DETRAN/DF

XXXXXX  
REPRESENTANTE LEGAL

### TESTEMUNHAS:

XXXXXX  
CPF: XXXXX

XXXXXX  
CPF: XXXXXX



Documento assinado eletronicamente por MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI - Matr.1724906-6, Diretor(a)-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, em 03/02/2026, às 14:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 192979541 código CRC= 45E07F60.

